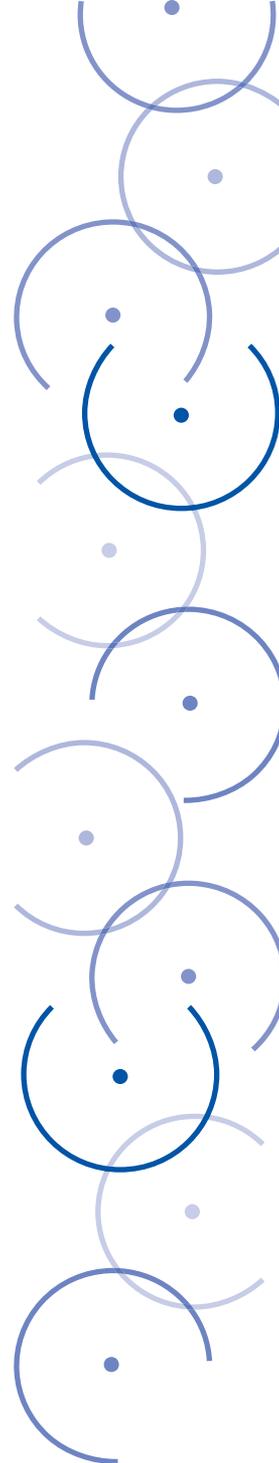


ontraponto

Diversidade faz marca
histórica nos esportes

**Mas quais os desafios que o
Brasil ainda precisa superar na
luta pela representatividade?**



Bolsonaro 2022: só pensa naquilo

Os reiterados ataques às instituições e aos entes democráticos desde que assumiu a presidência evidenciam a sina autoritária de Jair Bolsonaro (sem partido). O presidente tem mostrado sua total incapacidade de conduzir o país, e não apenas isso, segue instalando crises e mais crises com declarações diárias para seu “cercadinho”.

Apesar de seguir comemorando as vitórias econômicas “invisíveis”, a população continua sentindo o impacto da má gestão do superministério da economia, comandado por Paulo Guedes. Em julho deste ano, a inflação oficial do país alcançou a taxa de 0,96%, superando os 0,53% do mês anterior e registrando a maior oscilação para julho desde 2002. Além da alta no preço dos combustíveis, ocorreram aumentos na conta de luz, no gás de cozinha e nos alimentos. Como de costume, o presidente se exime da culpa e aponta os governadores como responsáveis pelas altas nos preços, fazendo valer uma máxima desse governo: “A culpa é sempre dos outros”.

No meio de uma das maiores crises políticas, econômicas e sociais do Brasil, o governo dirigido por Bolsonaro propõe, sem qualquer discussão ou consulta à sociedade civil, o fim do programa Bolsa Família, que subsidia cerca de 14 milhões de famílias no país. Vale lembrar que a taxa de insegurança alimentar dentro dos domicílios brasileiros passou de 36,7%, em 2018, para 59,4%, em 2020, segundo dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ainda assim, faz parte do plano de Bolsonaro impor de forma atabalhoada um programa que mais parece uma corrida de obstáculos, que burocratiza o urgente acesso ao benefício. Embora anuncie o Auxílio Brasil como uma melhora do Bolsa Família, afirmando que ele será 50% maior, nada esconde a tentativa desesperada do presidente de intensificar o seu ininterrupto clima de campanha eleitoral, a fim de conquistar as fatias mais pobres da sociedade brasileira e retomar sua popularidade, minando os programas sociais criados pela oposição e substituindo-o por migalhas de seu Governo.

Uma constância desta presidência, a falta de planejamento traz consigo uma ameaça ao auxílio por meio dos precatórios, que são dívidas da União decorrentes de ações judiciais. Para se manter dentro do teto de gastos, o que não parece ser a vontade do presidente, um corte de R\$ 31,9 bilhões terá que ser realizado. Caso isso não aconteça, até a prestação de serviços públicos deverá ser interrompida.

O presidente, que ainda não tem partido para disputar o pleito de 2022, não parou de fazer campanha desde que assumiu a cadeira. E parte desse projeto eleitoral é o caos. Enquanto o povo quer vacina, se discute cloroquina. Enquanto o povo passa fome, a pauta que o governo engaja no Congresso é uma estapafúrdia PEC do voto impresso. O presidente cria situações para se sobrepor a triste realidade que se encontra o país.

Bolsonaro trata com indiferença o número de desempregados, chama de “idiota” quem se preocupa com a fome, por diversas vezes já debochou de pessoas contaminadas com a COVID-19, e não se solidariza com as mais de 580 mil vidas perdidas por conta do vírus durante a Pandemia. Entre elas, nosso professor André Naveiro Russo. A ele, nosso respeito.

Preocupado demais com 2022, Jair Bolsonaro esquece do sofrimento do agora, ele só pensa naquilo. André Russo, presente!

PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitora Maria Amália Pie Abib Andery
Vice-Reitor Prof. Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus
Pró-Reitor de Pós-Graduação Márcio Alves da Fonseca
Pró-Reitora de Graduação Alexandra Fogli Serpa Geraldini
Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Marcia Flaire Pedroza
Pró-Reitora de Educação Continuada Profa. Dra. Altair Cadrobbi Pupo
Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Profa. Dra. Monica de Melo
Chefe de Gabinete Mariangela Belfiore Wanderley

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretora Angela Brambillia P. Lessa
Diretor Adjunto Fabio Cypriano
Chefe do Departamento de Comunicação MiSake Tanaka
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Mauro Peron
Coordenador do Curso de Jornalismo Diogo de Hollanda
Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo Maria Angela Di Sessa

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora assistente Ligia de Toledo Saicali
Fotografia Sarah Catherine Camara de Seles
Mídias Sociais Sabrina Legramandi e Thabita Ramalho

Editórias

Cidades Sarah Catherine Camara de Seles
Cultura Isabella Marinho
Direitos Humanos Danilo Zelic
Educação Andre Nunes
Esportes Sofia Aguiar
Internacional Manuela Nicotero Pestana
Moda Malu Marinho
Política Hadass Leventhal

Revisão Beatriz Aguiar, Enrico Souto, Gabriela Costa, Gabriella Lopes, Isabela Mendes, Isabella Pugliese, Laura Mariano, Ligia de Toledo Saicali, Manuela Nicotero Pestana, Sabrina Alvares, Sofia Aguiar e Victoria Nogueira

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Ombudsman Rute Pina

Foto da capa Lightfield Studios/ Adobe Stock

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo-SP
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 129 – Agosto/Setembro de 2021

Política

Vozes que mudam a história: 15 anos da Lei Maria da Penha	4
Violência contra pessoas trans aumenta no Brasil.....	6
Mulheres no mundo da aviação: entre desafios e conquistas.....	7
Lava Jato x Vaza Jato: quais os legados para 2022?.....	8
Mais um ano de luta pela Cinemateca.....	9



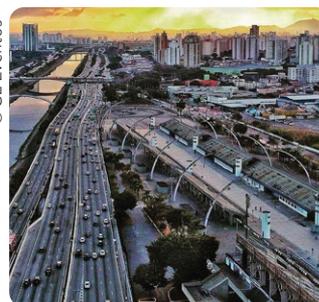
© Jorge Araújo/Folhapress



© Reprodução

Internacional

Novos protestos reacendem debate sobre embargo econômico em Cuba	10
Convulsão social na Colômbia	11



© GL Eventos

Economia

O impacto da concessão do sambódromo do Anhembi	12
Disputa entre gamers e mineradores fez o preço de placas de vídeo disparar	13

Moda

Recosturando o passado com o presente.....	14
--	----

Cultura e comportamento

Além do Rádio: André Russo	17
WhatsApp, jornada de trabalho e o cansaço mental na pandemia	18
Os dois lados de uma mesma rede	20
Como uma fênix, o Museu da Língua Portuguesa renasce das cinzas	21
Cenário das bandas independentes em Santos respira por aparelhos	22
Scarlett Johansson x Disney: entenda o caso e seus desdobramentos	23



© Raíaela Reis Serra

Esportes

Supermães: atletas de dupla jornada.....	26
Divina, Maria, Lella: As pilotas mulheres na história da Fórmula 1.....	27
O uniforme esportivo como forma de sexualizar os corpos femininos	28
Uma jornada sobre quatro rodas: a longa manobra de levar o skate ao mundo	30
Jogos Paralímpicos de Tóquio e a luta por visibilidade e inclusão	32
A saúde mental dos atletas e a busca frustrante pela perfeição	33
“Estou há oito meses sem receber um real”, desabafa atleta Jucilene Silva	34
Os militares e o esporte brasileiro	35
Brasil, Terra (a)dourada	36



© Andrej Isaković/AFP

Vozes que mudam a história: 15 anos da Lei Maria da Penha

No último ano, uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos foi vítima de violência, totalizando 17 milhões



© Hadna Abreu

Por Danilo Zelic, Laís Bonfim, Maria Eduarda Frazato e Vicklin de Moraes

No dia 28 de julho de 2021, foi aprovada a Lei 14.188, que criminaliza a violência psicológica contra a mulher, prevista anteriormente na Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Apesar dessa legislação já existir há 15 anos, somente este ano essa categoria deixou de ser apenas um artigo e tornou-se um crime.

Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de dupla tentativa de feminicídio – homicídio causado por razões de gênero – por Antônio Viveros, seu cônjuge colombiano, em 1983. Na primeira investida, ele lhe deu um tiro na coluna, que atingiu duas vértebras. Como resultado, Penha ficou paraplégica. Na segunda tentativa, Antônio a manteve em cárcere privado e tentou eletrocutá-la durante o banho.

Ocorreram dois julgamentos. O primeiro em 1991, quando o agressor foi condenado a 15 anos, porém, com recursos da defesa, foi absolvido. No segundo, em 1996, sua sentença era de 10 anos e seis meses, mas, com alegações de irregularidades processuais, a pena não foi cumprida.

Depois das duas tentativas de feminicídio sofridas por Maria da Penha, no ano de 2006 foi sancionada a lei que levava seu nome. Depois dessa aprovação, foram ampliados os canais de atendimento para mulheres vítimas de violência doméstica, tais como: Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), Centros Especializados em Atendimento Psicossocial (CAPS), além de juizados de violência doméstica e familiar.

De acordo com Mariana Alves Machado Nascimento, Delegada da Delegacia da Mulher da cidade de Jales-SP, “algumas situações nós já tínhamos como incluir na legislação, então aspectos que eram considerados violência psicológica já conseguimos encaixar na queixa, mas somente

com o novo texto, conseguimos configurar como crime.”

Coincidentemente, o mesmo lugar em que a delegada atua, é a cidade natal de Janete da série *Bom dia, Verônica* (Netflix). Na trama, a personagem sofre violência doméstica nas mãos de seu marido Brandão, que a agride psicológica, moral e fisicamente. No entanto, Nascimento explicou que, em sua trajetória, nunca atendeu um caso de violência tão extremo quanto o do seriado.

“Eu acho que é importante não florear esse tipo de relacionamento. Não entrarei no mérito do enredo romantizar ou não a violência, pois aquilo é uma ficção, mas é importante observar o quanto a personagem idealiza a relação, e as mulheres reais não podem fazer isso.”

A série também retrata algo que é frequente em relacionamentos abusivos. Segundo a psicóloga Soraia Duarte, que já atuou no CREAS (Centro de Referência e Assistência Social), “nesse tipo de relação,



© Reprodução/UOL

Ciclo da Violência Doméstica dividido em três partes

a pessoa abre mão de quem é e das suas vontades. Ela não se percebe como um ser de ideias. É uma relação opressora, o abusador não chega de forma revelada, ele vem de uma forma mansa, sedutora, envolvente e com um certo cuidado. A pessoa não percebe a toxicidade da relação.”

A partir do relacionamento abusivo, o casal entra no Ciclo da Violência, o qual é dividido em três partes. Primeiro, há a fase da “Lua de Mel”, quando está tudo bem entre o casal. Depois, ocorre o “Aumento de tensão”, quando piadas e ameaças levam a próxima etapa: o “ataque violento”. Nesse estágio, ocorrem explosões de humor e agressões, as quais são seguidas de um arrependimento e leva o ciclo a recomeçar. Às vezes, a sequência pode não se repetir por conta de diversos problemas que, em casos mais graves, resultam no feminicídio.

Ao contrário do que se pensa, todas as mulheres, independentemente do grau de instrução, são vítimas em potencial. De acordo com Duarte, “a própria Maria da Penha não era desprovida de conhecimento e não se casou com um desconhecido. Ele se apresentou de uma forma amorosa. Após ele tirar a cidadania brasileira, começou a revelar-se.”

Uma pesquisa feita pelo instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria (IPEC) revela que, 13,4 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência durante a pandemia, por algum parente, atual ou ex-companheiro. Desse total, 12% foram vítimas de agressão psicológica.

Segundo esse mesmo estudo, ao menos 33% das entrevistadas tiveram alterações no sono, sintomas de ansiedade, mudanças de humor, irritabilidade, aumento no consumo de álcool e no uso de medicamentos. “No ano passado, enquanto a quarentena estava mais restrita, por exemplo, as vítimas ficavam confinadas 24 horas com seus abusadores, o que levou a diversos problemas com a saúde mental”, conta a psicóloga.

O novo texto sobre a violência psicológica prevê que qualquer conduta que cause danos emocionais, diminua a autoestima, prejudique à saúde psicológica e à autodeterminação, é crime.

Para denunciar, a mulher vai até a delegacia e faz um boletim de ocorrência. Depois, ela é orientada sobre a Lei 11.340, as guias de exames do Instituto Médico Legal (IML) são expedidas e a medida protetiva é solicitada. Uma outra forma é o disque 180, especializado na área de violência doméstica.

“A maioria das mulheres se apoiam na igreja ou em espaços não oficiais do Estado, onde não há atuação do governo.

Por isso, é importante que ela procure as instituições oficiais, como a delegacia, a promotoria de justiça e o CREAS”, afirma Nascimento. A delegada também acrescenta que “é importante que a mulher se conscientize da procura desses instrumentos para que eles sejam efetivos para ela. O que precisa fazer valer a aplicação da lei é o pedido de ajuda.”

Conforme relembra a psicóloga, “somos culturalmente trabalhados para não nos metermos na vida do outro. Vemos uma violência, mas não fazemos nada. Nós temos que começar a ser ensinados que, em briga de marido e mulher, metemos, sim, a colher”.

De acordo o Instituto Maria da Penha, a violência física contra mulher é “qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal”. Segundo a pesquisa *Visível e invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, produzida pelo instituto Datafolha e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgada este ano, uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos foi vítima de algum tipo de violência nos últimos 12 meses, totalizando 17 milhões.

Além disso, a cada um minuto, oito mulheres são agredidas fisicamente no Brasil. A pesquisa ouviu um total de 2.079 mulheres, entre os dias 10 e 14 de maio, em 130 municípios. Desse total, 6,3% já levaram tapas, chutes ou empurrões, 3,1% foram ameaçadas com faca ou arma de fogo e 2,4% foram espancadas.

Em comparação com o ano de 2019, houve uma redução no número de mulheres vítimas de violência, de 27,4% para 24,4%, indicando uma estabilidade. Entretanto, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do FBSP, contabiliza um aumento de 7,1% no número de feminicídios em 12 estados brasileiros depois do isolamento social em 2020. Com base em uma apuração feita de forma colaborativa pelos veículos Amazônia Real, AzMina, #Colabora, Eco Nordeste, Marco Zero Conteúdo, Portal Catarinas e Ponte Jornalismo, 1.005 mulheres foram assassinadas durante o ano passado: isso significa que, por dia, pelo menos três mulheres são mortas no Brasil. Esses dados têm como base as estatísticas das Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

De acordo com o relatório *O papel da arma de fogo na violência contra a mulher*, produzido pelo Instituto Sou da Paz em 2019, 26% dos feminicídios causados por arma de fogo ocorrem nas residências das vítimas. O decreto nº 9.685, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, possibilita que um cidadão comum tenha até 4 armas em casa ou no estabelecimento em que trabalha. Segundo o estudo *Harvard Injury Control Research Center*, da escola de saúde pública da universidade, feito com 25 países, quanto maior a disponibilidade de armas de fogo, maiores são os casos de homicídios.

Como parte de um serviço de acolhimento estatal, A Casa da Mulher, que

© Reprodução/Tribunal de Justiça do Espírito Santo



“Violentômetro”, marcador dos níveis de violência doméstica

denúncia embora possa estar em uma situação de violência”.

O relatório *Visível e Invisível*, do FBSP, revela que 44,9% das mulheres que sofreram violência física não fizeram nada, 21,6% procuraram ajuda da família e 11,8% denunciaram em uma delegacia da mulher. Entre aquelas que não procuraram a polícia, 32,8% delas resolveram a situação sozinhas, 15,3% não quiseram envolver as autoridades e 16,8% não consideraram importante fazer a uma queixa.

A defensora pública sinaliza que não existe uma resposta clara sobre as mulheres que

opera durante 24 horas por dia, atende vítimas de violência. Outro programa é a Casa Abrigo, que acolhe mulheres correndo risco de vida, e esse espaço contém um atendimento interdisciplinar: social, pedagógico, psicológico e de orientação jurídica, além de oferecer condições de repouso, material de higiene pessoal, vestuário e alimentação para as mulheres e um dependente físico, como um filho. A permanência das vítimas varia conforme a avaliação feita pela equipe interdisciplinar, que pode durar até 90 dias.

Em 1985, na cidade de São Paulo, foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), com o intuito de amparar judicialmente as vítimas. Mônica de Mello, professora de Direito Constitucional na PUC-SP e defensora pública do estado de São Paulo, afirma que, além das DDMs, os movimentos sociais e as funcionárias públicas do Estado também “tiveram papel central para que parte da sociedade civil passasse a exigir do Estado uma ação de combate a esse tipo de violência que não existia antes”.

Um levantamento produzido pela revista AzMina, *Mapa das Delegacias da Mulher*, mostra que o Brasil possui 400 delegacias da mulher, sendo 32% no estado de São Paulo, mas somente 7% das cidades no país tem pelo menos uma. Segundo a professora, a obtenção de dados a partir das queixas nas DDMs “é essencial para subsidiar qualquer política pública, não só dados que estão nas delegacias em relação aos processos, mas também outras pesquisas, porque nem toda mulher faz

escolhem não agir perante a violência sofrida, porém considera algumas hipóteses. “Essa situação pode acontecer por vários motivos. Pode haver um descrédito, muitas vezes no sistema de justiça, de fazer essa denúncia. Talvez não seja a resposta que aquela mulher gostaria ou precisaria naquele momento”, afirma. Mello também avalia que falta uma participação feminina na formulação de leis estatais e acrescenta que é necessário “ouvir mais o que essas mulheres gostariam do Estado, talvez uma mediação naquele conflito. Acho que elas querem muito mais uma resposta no sentido de cessar as agressões.”

Canais de denúncia e atendimento

Ligue:

- 180 - Central de Atendimento à mulher
- 190 - Central de Operações da Polícia Militar
- 192 - Serviço de Atendimento móvel de Urgência
- 150 - Disque Saúde e Farmácias de Plantão
- 193 - Corpo de Bombeiros
- 0800 7703053 - Casa Sofia

MAPA DAS DELEGACIAS DA MULHER

Violência contra pessoas trans aumenta no Brasil

Agressões física e psicológica diminuem expectativa e qualidade de vida dessa parcela da população

Por Carolina Raciunas, Laura Lima e Marcelo Ferreira Victorio

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2020, o Brasil terminou o ano como o país que mais matou pessoas trans e travestis no mundo, com um total de 175 casos. De 2008 a 2020, a média de assassinatos por ano foi de 122,5, o que representa 10,2 por mês. No primeiro semestre de 2021, este número saltou para 13,3, revelando que este ano está sendo mais violento do que os 12 anteriores. Os números podem ser maiores, pois há subnotificação.

Outro fator preocupante apontado pela Antra é a baixa expectativa de vida da comunidade trans. No Brasil, estima-se que trans e travestis vivem em média 35 anos, cerca de 40 a menos que o restante da população. O relatório mostra que, em 2021, ocorreu o assassinato da pessoa trans mais nova já registrado. Keron Ravache, uma menina de 13 anos, foi vítima de transfeminicídio no Ceará.

A falta de políticas públicas corrobora com a permanência da violência trans no país. “Não existe lei federal que proteja essas pessoas. Desde 2019 existe o entendimento de que a comunidade LGBTQIA+ está protegida pela lei de racismo”, afirma Amanda Souto, primeira mulher trans a presidir uma comissão (a da Diversidade Sexual e de Gênero, em GO) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo a Antra, das 89 pessoas trans que morreram no primeiro semestre de 2021 no Brasil, nove foram em decorrência de suicídio. Além disso, estima-se que 42% dessa população já tenha tentado se matar. A Associação explica que esse elevado índice está diretamente relacionado ao sistema social que “institucionaliza a transfobia a partir de projetos que ferem a existência de pessoas dessa comunidade”.

De acordo com pesquisadores da Universidade Internacional da Flórida, o processo de transição sexual e/ou de gênero geralmente ocorre na pré-adolescência. A escola, por muitas vezes, se apresenta como um ambiente hostil e pouco adaptado às adequações necessárias para atender as demandas da comunidade trans e travesti.

Idas ao banheiro, carteira de identidade, assim como listas de presença, comumente obedecem o nome oficial de registro, causando constrangimentos diários para pessoas trans.

Uma pesquisa de João Paulo Dias, presidente da Comissão da Diversidade

Sexual da OAB, mostrou que, no Brasil, estima-se que 82% das pessoas trans e travestis tenham abandonado os estudos ainda na Educação Básica. Dados da Secretaria de Educação descrevem esses casos como “evasão”, mas a pesquisadora Luma Nogueira, em entrevista à revista Capitu, entende a saída como involuntária, visto que há um interesse real dessa comunidade pelos estudos: “O que ocorre é uma agressão, que dita formas de comportamento conservadores, em um processo de ‘pedagogia da violência’”.

Com essas dificuldades, as pessoas trans e travestis frequentemente enfrentam problemas de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, questões financeiras. O estudo “Diagnóstico LGBTQIA+ na pandemia 2021” mostrou que 6 em cada 10 pessoas trans não conseguiriam sobreviver sem renda por mais de um mês, caso perdessem sua fonte do momento.

Essa elevação da taxa no último ano mostra também a influência da pandemia. O estudo aponta que o impacto da Covid-19 foi maior para transsexuais, quando em comparação com pessoas cis e com todas as outras subdivisões de raça e orientação sexual.

Amanda Souto também contou que sentiu essa transfobia na pele: “Quando eu me assumi, perdi o emprego e fiquei dois anos desempregada. Eu não tinha modificado o meu Registro Civil ainda. Às vezes, ficava com medo de fazer uma audiência com outro nome escrito, então eu

colocava um terno em cima do vestido e me trocava quando saía de lá.”

Nicole Medeiros, travesti e fundadora da Casa Transformar, que oferece amparo à comunidade LGBTQIA+, principalmente às pessoas trans e travestis no Estado de Pernambuco, explicou a gravidade desse problema: “Os casos de violência psicológica somada à física desestabilizam por completo a vítima. Para nós que acolhemos é muito difícil saber que ainda existem pessoas que passam por isso”.

Com a baixa inserção no mercado formal, essas pessoas frequentemente recorrem à vida de profissionais do sexo. Segundo dados da Antra, mais de 90% das pessoas transsexuais vivem exclusivamente da prostituição.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas e a existência de centros de acolhimento a pessoas trans são fatores essenciais para evitar que o problema se agrave.

Nicole contou ainda que o centro de acolhimento colabora para o processo de formação: “Existe uma programação que acontece dentro da Casa, o processo de profissionalização. Algumas pessoas já passaram por aqui e conseguiram emprego, mas ainda assim, têm as suas dificuldades”.

Ela disse também que a ONG já salvou vidas: “Às vezes, as pessoas chegam aqui com pensamentos suicidas e damos apoio emocional e afetivo. Elas são vítimas da exclusão e da vulnerabilidade social”.



Casa Transformar @casatransformar

© Helene Santos

Mulheres no mundo da aviação: entre desafios e conquistas

Mesmo enfrentando muitos obstáculos e com uma participação menor que a masculina, as mulheres têm conquistado o seu espaço dentro da área

Por Amaury Ferreira, Cecília Mayrink O’Kuinghttons e Giuliana Nardi

Em um ofício predominantemente masculino como o de piloto, as mulheres se deparam com dificuldades para encontrar seu espaço. Os percalços da profissão para elas estão refletidos nos números da Associação Nacional de Aviação Civil (ANAC): no ano de 2018, apenas 428 licenças foram emitidas para pilotas, enquanto os homens tiveram 13.952 licenças no mesmo ano. No total, apenas 3% das mulheres são licenciadas para voar.

Além de serem minoria nessa área, existe também a polêmica sobre a sexualização das comissárias de bordo através do uniforme, penteado e maquiagem que lhes são exigidos durante o trabalho, o que gerou questionamentos nos últimos anos. Após a Segunda Guerra Mundial, as companhias aéreas passaram a investir na segurança dos equipamentos. Entretanto, ainda havia certa desconfiança por parte das pessoas para viajar nos aviões, o que levou muitas empresas a contratarem comissárias de bordo com a exigência de que transmitissem delicadeza, mostrando aos clientes (a maioria deles homens) que até mesmo uma mulher considerada “frágil” tem coragem para viajar de avião.

Dessa forma, os corpos femininos passaram a ser extremamente explorados e estereotipados. Segundo a comissária de bordo Beatriz Casarini, ainda é muito comum ouvir comentários que visam diminuir mulheres no ambiente de trabalho: “Alguns acreditam que uma comissária é automaticamente uma ‘mulher de programa de luxo’, ou até mesmo uma ‘garçonete do ar’. Até certa época, era muito comum ouvir isso e por esse motivo a visão de algumas pessoas ainda é distorcida”. Entretanto, a partir dos questionamentos sobre a sexualização das comissárias de bordo, pode-se dizer que houve importantes mudanças dentro das práticas que antes eram adotadas, como deixar de medir e pesar as candidatas ao emprego.

Em contraposição ao uniforme exigido hoje na maior parte das empresas aéreas, tem-se visto a iniciativa de algumas companhias em mudá-los. Em agosto de 2021, a SkyUp Airlines, da Ucrânia, decidiu eliminar a saia e o salto alto, usados desde 1930 pelas comissárias de bordo. Agora, as funcionárias poderão usar um terno e um tênis branco. Outra mudança foi na maquiagem, que poderá ser mais natural, e uma série de novas opções de penteados, visando a substituição do clássico coque.

Entre os muitos desafios enfrentados por quem atua na aviação, está a concilia-



© Arquivo pessoal

Bethânia Porto pilotando um avião

ção entre o trabalho e a vida pessoal. Para unir as duas vidas, Casarini conta que existe um sistema para as mulheres que têm filhos: “Quando uma comissária se torna mãe, ela entra para uma escala diferente, chamada de ‘escala mãe’, onde as chaves de voos são mais curtas e sem pernoites, facilitando a sua vida com seu filho”. Além disso, dependendo da empresa aérea, elas possuem também o benefício de viagens gratuitas e seguro de saúde.

Assim como Casarini, a piloto de avião comercial, Bethânia Porto, conta algumas dificuldades para mulheres que querem voar: “Tenho colegas que me falaram que queriam fazer esse curso, mas o namorado ou marido não deixava, uma vez que ela ficaria sozinha na cabine com outro homem. Cada pessoa tem desafios diferentes. Desafios sempre vão ter. Preconceito também tem até hoje”.

Um desafio comum a todo piloto, seja homem ou mulher, é inicialmente pagar o número de 40 horas para obter a licença de piloto privado (PP) – dedicada apenas para aviação de recreação – ou de 150 horas de voo para obter a licença de piloto comercial (PC). Existem também os voos por instrumentos (IFR) e multimotores, exigidos na formação, que podem custar em torno de R\$ 850,00 a hora. No caso de Porto, os desafios começaram ao iniciar o curso em 1994: “Como as horas de voo são muito caras, eu via colegas meus tendo que vender o carro para pagar o curso e outros se matando de trabalhar”.

O fato de a profissão de piloto não ser considerada como um trabalho feminino, muitas meninas não recebem o incentivo familiar. Porto conta que, quando tinha 13 anos, disse aos seus pais que queria ser piloto. O que foi um choque para ambos, pois na cabeça deles a mulher só podia entrar na área da aviação como comissária, e não como piloto de avião. Ela menciona, inclusive, que sua mãe tentou a influenciar na época a fazer o curso de comissária.

Entre conquistas e desafios, Porto relata já ter passado por experiências difíceis. Em um voo que fez em 2012, a piloto conta que um homem se recusou a viajar com ela ao saber que uma mulher estaria no comando: “O passageiro já entrou no avião incomodado, dizendo que iria fazer uma reclamação para a empresa, pois ele não queria e não se sentia confortável em voar com uma mulher. Disse, inclusive, que se soubesse ainda na sala de embarque que uma mulher iria comandar o voo, ele nem teria entrado no avião”.

Mesmo enfrentando muitos obstáculos e tendo uma participação menor que a masculina nessa área, as mulheres têm conquistado o seu espaço dentro da aviação, bem como mostram os dados da ANAC. Entre 2015 e 2018, a agência registrou que o número de pilotas cresceu em 65%. Além disso, a Associação das Mulheres Aviadoras do Brasil (AMAB) possui o programa *Corrente do Bem*, que visa auxiliar e intensificar a presença feminina nesse meio.

Lava Jato x Vaza Jato: quais os legados para 2022?

Uma análise sobre a repercussão da operação e da saga investigativa nas próximas eleições presidenciais

Por Juliana Mello, Leonardo Matias Duarte e Letícia Coimbra

A Operação Lava Jato nasceu em março de 2014, na Justiça Federal do Paraná e rapidamente se tornou a esperança contra a corrupção do Brasil. A investigação começou tendo como alvo quatro organizações criminosas que contavam com a presença de agentes públicos, empresários e doleiros. Em seguida, tornou-se maior ao chegar em irregularidades na Petrobrás.

Considerada um símbolo de justiça, a operação utilizava de métodos antiéticos e ilegais, desde interferências na liberdade de imprensa até ações que feriam os fundamentos do direito processual.

Um dos pontos altos do processo foi quando o ex-presidente Lula (PT), líder nas pesquisas para a presidência nas Eleições de 2018, depois de condenado por Sérgio Moro, ficou inelegível – fator importante para a vitória de Jair Bolsonaro (sem partido).

Em relação ao apartamento triplex no Guarujá, que Lula supostamente teria recebido de presente após ter favorecido a empreiteira OAS em contratos com a Petrobrás – sendo esse, o ponto mais importante na denúncia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro –, a Lava Jato usou como evidência uma reportagem do jornal *O Globo*. Na acusação, os procuradores indicaram o apartamento na torre errada (era na torre B, mas alegaram na torre A), o que colocou em xeque a qualidade da investigação. O procurador, Deltan Dallagnol, admitiu, em uma rede social de mensagens acessada pelo *The Intercept Brasil*, não haver provas de que Lula teria vínculo com os R\$87 milhões em propina pagos pela OAS em contratos para obras em duas refinarias da Petrobrás. No entanto, essa acusação era importante para que o caso fosse julgado por Moro.

Após as eleições, o ex-juiz federal aceitou o cargo de Ministro da Justiça, mesmo tendo dito anteriormente que não seguiria carreira política, fazendo com que a sentença fosse subentendida, por parte da população, como uma manobra para influenciar a opinião pública, e ao usar do crescente antipetismo de parte da população, favoreceu o projeto político da extrema-direita, que hoje, governa o país.

Além da conduta nos meios legais, os procuradores da Justiça Federal de Curitiba, em especial Dallagnol, também foram criticados quanto às suas atitudes fora da investigação, usufruindo da fama para se autopromoverem. José Salvador

Faro, professor de Jornalismo da PUC-SP, questionado sobre o assunto, disse: “A espetacularização das denúncias veio acompanhada da mitificação de seus protagonistas, fossem procuradores ou juízes. Em especial, destaco a invenção de um discurso ‘redentor’ de Sérgio Moro – ou a ele atribuído, em torno de uma promessa que é um elemento fundamental no imaginário de parcela significativa do eleitorado brasileiro: a da erradicação da corrupção”.

“Durante toda a operação Lava Jato houve uma clara ‘simpatia’ dos grandes veículos de comunicação com a agressiva campanha de denúncias que atingiam o núcleo dos governos Lula, em especial a figura do presidente”, diz Faro sobre a relação da investigação com a grande mídia. “Embora fosse visível que o direcionamento das investigações era mais político do que judicial, a possibilidade de que as narrativas das denúncias tivessem um viés desconstrutivo da imagem de Lula, como ficaria comprovado com as revelações da Vaza Jato, não chegou a se tornar o foco de apurações em profundidade do jornalismo praticado por aqueles veículos”, finaliza.

Durante um tempo, os procuradores da Lava Jato mantiveram os processos em sigilo, dificultando o trabalho da mídia e a avaliação pública da validade da operação. Contudo, a Vaza-Jato, saga investigativa do *The Intercept Brasil*, chefiada por Glenn Greenwald, revelou que tudo se tratava de um grande escândalo envolvendo lideranças políticas, agências internacionais e grandes empresas acusadas de corrupção.

Tornou-se pública a tentativa por parte dos procuradores da força-tarefa, liderados por Dallagnol. Em Curitiba, discutiram a possibilidade de transformarem a entrevista que o ex-presidente Lula, enquanto preso, daria à Mônica Bergamo, jornalista da *Folha de S.Paulo*, para amenizar os impactos políticos que beneficiassem o ex-presidente nas eleições, ou então, fazer a entrevista depois do período eleitoral.

O *The Intercept Brasil* também publicou em uma das reportagens, o trecho de uma

mensagem da procuradora Laura Tessler, no qual confessa: “Ando muito preocupada com uma possível volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar nossa população para que um milagre nos salve.” A fala de Tessler reforçou a imparcialidade da operação. Além disso, Moro interferiu na investigação, sugerindo que a ordem de fases da operação fosse trocada. Aconselhava como prosseguir, infringindo a Constituição, uma vez que é dever do juiz analisar as alegações imparcialmente, tanto da defesa quanto da acusação.



Ex-presidente Lula

Apesar do ex-juiz ser cotado para representar a “terceira via” nas eleições de 2022, Vitor Peixoto de Moraes, professor na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, mestre e doutor em Ciência Política afirma: “Moro tem pouco enraizamento institucional, falta uma organização partidária capilarizada e articulação de lideranças que lhe garanta sustentação eleitoral”, completa, “Bolsonaro se elegeu sem estes fundamentos, mas numa eleição muito atípica cujas características dificilmente se repetiriam.”

Questionado sobre os possíveis impactos causados pelas revelações que a Lava Jato trouxe à tona, Moraes diz que a imagem da perseguição e prisão do Lula, feita pelos procuradores, será utilizada pelo PT: “São imagens muito fortes e caem como uma luva na narrativa sebastianista redentora de Lula. De certa forma, já está sendo utilizada nos discursos pré-candidatura petistas”.

Mais um ano de luta pela Cinemateca

Audiovisual brasileiro está sendo preservado em meio a chamas e enchentes

Como transmutar a partir das cinzas e resgatar a memória?



© Rafaela Reis Serra

Fachada do galpão da Cinemateca na Vila Leopoldina após o incêndio



© Rafaela Reis Serra

Por Maria Luiza Oliveira, Marina Daquanno e Rafaela Reis

No processo de escravidão, desassocia-se o indivíduo escravizado de sua personalidade. Este é destituído de tudo o que um dia possa ligá-lo a uma cultura ou comunidade: suas vestes, adornos, língua, expressões, registros e direitos.

Ao longo da história, essa mesma receita foi aplicada em diferentes sociedades por diversos motivos a fim de obter-se um único resultado: a hegemonia. Quer seja uma disputa ideológica ou territorial, ou ambos, é comum vermos em noticiários cidades destruídas, jovens à deriva da violência, crises humanitárias, sanções econômicas, tudo sob o pretexto de intervenção em prol de algo que promete melhorar a situação dos que estão sendo atacados. Pois esse algo deve ser devidamente nomeado: supremacia.

Nosso país vive uma guerra interna: Estado vs. Cultura e Educação, escancarada nas falas de nossos representantes, como na contribuição do ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez (2018-19), em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, ao afirmar que o que ocorreu em 1964 não foi um golpe militar, mas “um regime democrático de força”, e que o país deve mudar os livros didáticos para “resgatar uma versão da história mais ampla” sobre esse período.

São traços de um governo negociacionista, que constantemente emula essa receita milenar para apagar os rastros de dor e censura do passado, alienando sua população por meio da disseminação de falsas informações e a destruição de instituições culturais. “(...) Você não pode matar a memória de um povo, porque se você mata, você tira a reflexão do povo sobre

ele mesmo.”, afirma a pesquisadora de audiovisual e historiadora Eloá Chouzal.

Tragédia anunciada

Nova exposição na Cinemateca Brasileira: venha ver as obras e as histórias queimando à luz ardente. Se não gosta de fogo, pode degustar as películas se esvaindo n’água.

O maior acervo de cinema da América do Sul está sendo administrado por ninguém. Desde 1946, ele guarda toda a trajetória cinematográfica do país, com negativos originais de Glauber Rocha, Anselmo Duarte e Mazzaropi, bem como armazenava a animação de Luiz Seel, Frivolitá, que foi perdida. “Tinham muitos documentos da história do cinema brasileiro e equipamentos antigos como refletores, câmeras que seriam todos destinados para um futuro Museu do Cinema”, conta Eloá.

Labaredas de seis metros de altura consomem parte de um galpão de 10.000 m², na Vila Leopoldina, pertencente à Cinemateca. Quatro toneladas de um acervo inestimável para a história cinematográfica brasileira em combustão.

As labaredas dançam por horas a fio fazendo o seu trabalho: vão consumindo filmes de nitrato e milhares de documentos, cujos materiais alimentam cada vez mais a destruição.

Chamas. Onde está a brigada de incêndio? Flama. Não há brigada de incêndio.

Pela quinta vez, a Cinemateca Brasileira sofre mais uma tragédia em seus 81 anos de existência. Foram quatro incêndios desde sua fundação. Houve, até mesmo, uma enchente no início de 2020.

Enquanto há descaso do Governo Federal em assumir o compromisso de zelar pelo acervo, existem pessoas do outro lado que investiram o trabalho de suas vidas nos objetos armazenados lá.

“A sensação é de morte mesmo, eu morri um pouco, é uma sensação de derrota, é um luto”, afirma a pesquisadora. Essa é a sensação não só de Chouzal, mas de todos que prezam pela cultura brasileira. Está sendo filmado, escrito e visto (alguns de camarote) a destruição das histórias e estórias.

Como vamos conhecer o passado e entendê-lo se ele está sendo apagado? Arden-te no Museu Nacional (setembro de 2018), no Museu da Língua Portuguesa (dezembro de 2015) e agora, pouco a pouco, na Cinemateca. O luto de Eloá é constante, com picos em várias datas. Mas, para a fortuna da população, há associações da sociedade civil que prezam e lutam pela continuação de sua memória, como a Cinemateca Acesa, da qual a historiadora faz parte.

Como explica Chouzal, o objetivo do movimento é a luta pela preservação da instituição. Uma luta árdua, difícil e, assim como o fogo que consome a cultura, eles querem sumir com a falta de interesse e compromisso do governo pela Cinemateca, promovendo, dessa forma, atos de manifestação para mantê-la viva. Um dos slogans e grito de guerra utilizado nas redes sociais é o “SOS Cinemateca”. O fogo ainda não parou de queimar.

Um trabalhador da região do galpão destruído relata a sensação de abandono no local: “Faz 3 anos que eu trabalho por aqui e nunca vejo movimentação. Agora, depois do incêndio, eu acho que ficará mais abandonado”.

A historiadora relata que estão há um ano em uma ação civil pública, alertando o juiz e o governo que, sem os cuidados necessários, seria muito provável que um incidente poderia acontecer. “Não adianta o básico. A Cinemateca não é cuidada por jardineiros, nem pelo segurança, o acervo dela é cuidado pelos trabalhadores especializados (...) E o governo continua fingindo que está cuidando.”

Flama. Enquanto o tempo passa e o descaso aumenta, o fogo e as enchentes farão com maestria seu trabalho. E o governo, aquele que age com indiferença, persistirá em sua inação. Até quando vão queimar nossa história? Até quando deixaremos que o descaso nos consuma em cinzas?

Assim como Chouzal, o Brasil, a população e a memória choram, perdem e morrem um pouco toda vez que uma tragédia anunciada e incalculável acontece.

Novos protestos reacendem debate sobre embargo econômico em Cuba

Manifestações ocorridas neste ano demonstram ponto de inflexão entre a ilha e os EUA, evidenciando catástrofe econômica

Por Maria Clara Alcântara, Maria Luiza da Cruz Araújo e Manuela Nicotero Pestana

Em 1492, o território que atualmente corresponde a Cuba foi encontrado por Cristóvão Colombo, fazendo com que a ilha ficasse sob domínio espanhol por 400 anos, até a sua independência. Cuba precisou da ajuda dos Estados Unidos para vencer a Espanha e, com isso, após a guerra de independência, ficou sob comando estadunidense por três anos.

Mesmo após conquistarem sua independência, a economia cubana ainda era dependente dos EUA. Depois do golpe de Estado, comandado por Fulgêncio Batista em 1952, havia ainda mais predominância dos interesses econômicos norte-americanos. O governo ditatorial foi derrubado em um processo conhecido como Revolução Cubana, que durou de 1953 até 1959 e foi liderado por Fidel Castro, que então se tornou o primeiro-ministro cubano.

Esse processo revolucionário de cunho socialista trouxe várias mudanças para Cuba, como a reforma agrária e a nacionalização de empresas. Em entrevista ao **Contraponto**, Marie Castañeda, integrante e apresentadora do Giro Internacional do canal Esquerda Diário, explica sobre o protagonismo da Revolução: “É de extrema importância diferenciar quem chamamos de comunistas e quem eram os revolucionários (...), pois muitos na verdade eram estudantes que queriam seus direitos e viram no imperialismo estadunidense uma barreira.”

Durante a Guerra Fria, Cuba se alinhou ao bloco soviético e, com isso, os Estados Unidos decidiram cortar todas as relações diplomáticas e econômicas com o país, estabelecendo, assim, um embargo econômico que limitava a capacidade cubana de negociar com outros países. Atualmente, esse bloqueio ainda está

vigente e o país sofre com falta de mantimentos essenciais e não há perspectiva do fim do embargo.

Protestos

Em junho deste ano, Cuba viveu um momento histórico. Depois de 60 anos sem manifestações públicas nacionais, o povo saiu às ruas no que já é considerado o maior protesto na história recente do país. A mobilização, que começou na cidade de San Antonio de Los Baños, à sudoeste de Havana, se espalhou para mais de 20 vilarejos, concentrando milhares de pessoas. Segundo reportagem do **G1**, cerca de 800 pessoas foram presas pelas autoridades locais em meio às manifestações.

Muitos dos protestantes reivindicavam mais liberdade e repudiavam o atual governo do presidente Miguel Díaz-Canel. As manifestações configuram um estopim da crise que o país vive. Em relação à questão sanitária, ligada à pandemia do coronavírus, Cuba sofre com escassez de remédios, superlotação de hospitais e o crescente número de casos e óbitos. Segundo dados da Universidade Johns Hopkins, o país tem 640 mil casos confirmados e 5,1 mil mortes. Além disso, Cuba também passa por problemas econômicos vinculados ao embargo econômico imposto pelos EUA.

Relação com os EUA

Durante seu mandato, o ex-presidente do Estados Unidos, Donald Trump, fez questão de impor duras sanções ao governo cubano. Dentre elas, constava a proibição de cruzeiros fazerem escalas em Cuba, a adição de novas empresas e dirigentes cubanos à lista de sanções, o impedimento de envio de remessas de dinheiro e punições

às empresas estrangeiras que operam na ilha. Ao todo, foram mais de 240 medidas acrescentadas ao bloqueio econômico.

Conforme observa os dados do Ministério cubano das Relações Exteriores, as restrições determinadas pelo ex-presidente Donald Trump acarretaram numa perda significativa de mais de 20 bilhões de dólares para a ilha. “É importante ressaltar o quanto o bloqueio restringe a capacidade de ação positiva das conquistas sociais que ainda sobrevivem da Revolução Cubana na própria sociedade. A gente sabe que tanto a educação quanto a saúde cubana são exemplos internacionais”, reitera Castañeda.

Em comparação ao atual presidente, Joe Biden, ao contrário do que se esperava, as sanções à Cuba foram mantidas. Dessa forma, é possível entender como o governo americano se relaciona com o país latino-americano atualmente. É importante lembrar que o bloqueio instaurado pelo governo estadunidense atua como uma forma de pressionar o regime cubano a uma abertura para um regime que se adeque às dinâmicas capitalistas.

No contexto da pandemia da Covid-19, o embargo suscitou ainda mais debates no âmbito internacional. Castañeda lembra que “o imperialismo estadunidense em 2008 teve um momento angular para a crise de sua hegemonia mundial. Hoje em dia, isso está cada vez mais acelerado, por isso, não à toa a comemoração dos Estados Unidos em relação às manifestações contra o governo”. Ainda segundo a especialista, “os Estados Unidos desejam fazer com que Cuba volte a ser o quintal do país americano”.

O presidente Joe Biden se manifestou acerca da repressão do governo em relação à população nas manifestações contra a ditadura. Ele afirmou em seus discursos que não apoia a violência com que o governo de Miguel Díaz-Canel vem reagindo aos protestos do povo cubano.

Um dos pontos enfrentados por Biden é o claro antagonismo dos dois lados que compõem o Congresso americano. Dentro dos partidos existe o movimento dos cubanos-americanos, que exigem do governo ações firmes contra a ilha - a comunidade quer ver o fim da ditadura, que fez com que seus parentes tivessem de deixar o país. Por outro lado, os democratas de esquerda defendem uma atenuação do embargo para amenizar o quadro crítico do país. Nesse aspecto, Marie Castañeda afirma que, diplomaticamente, a ofensiva estadunidense e o “America First” mudou de palavras, no entanto, não mudou de conteúdo.



© Reprodução

Manifestações em Cuba

Convulsão social na Colômbia

Manifestações tomaram as ruas do país nos últimos meses sob forte repressão policial e sem nenhum acordo entre governo e colombianos

Por Camilo Mota, Isabela Mendes e Pedro Portes

A pandemia de Covid-19 evidenciou a instabilidade social em muitos países sul-americanos, que viraram palco de manifestações contra medidas de austeridade em plena crise. Na Colômbia, em um destes cenários, estudantes, indígenas e trabalhadores fazem frente ao governo em uma onda de protestos, que eclodiu em abril, após o anúncio de uma reforma tributária proposta pelo governo Iván Duque.

O projeto propunha a ampliação da base de impostos, como imposto de renda (IR) e sobre o consumo, com maior incidência nas classes baixa e média. A onda de manifestações, que teve início em 2019, voltou a ganhar força em 2021 trazendo à tona a fome, a desigualdade social e o desemprego, que soma 15,9% da população. O PIB do país caiu 6,8% somente no ano passado, intensificando a convulsão social.

O auxílio emergencial e políticas governamentais foram ineficientes para suprir as necessidades da população: “foi simplesmente a gota d’água, as pessoas já se desesperaram, mas foi desculpa, é um descontentamento que já existia desde 2019”, afirma Aberlardo Gómez, jornalista e diretor do Portal *La Cola de la Rata*, veículo de jornalismo investigativo independente.

Dados do Banco Mundial mostram que, no ano de 2020, 42,5% dos colombianos já viviam em condições de pobreza e a situação tem se agravado. Quase 3 milhões de pessoas passaram à extrema pobreza em 2021.

Depois de 49 dias de manifestações, o Comitê da Paralisação Nacional, que une as centrais sindicais, anunciou a suspensão dos protestos que vinham ocorrendo todas as quartas-feiras desde o dia 28 de abril. A decisão veio após o assassinato de estudantes pelos policiais, o abuso militar e a piora da pandemia. “Enquanto a população clama por comida, saúde e educação, o governo responde com a única coisa que tem: a bala”, afirmou o Conselho Regional Indígena do Estado do Cauca, em nota divulgada no dia 4 de maio.

De acordo com a *Human Rights Watch*, grupos locais relataram 68 mortes desde o começo das mobilizações e a organização confirmou que 34 delas ocorreram no contexto dos protestos. Entre elas, estão dois policiais, um investigador criminal e 31 manifestantes ou transeuntes. Vinte deles podem ter sido mortos pela polícia. Segundo a organização, a maioria dos que morreram foram atingidos diretamente



© Reprodução/Twitter

Manifestante em ato contra o presidente colombiano segura um cartaz que pede mais comida e menos violência

em órgãos vitais, categorizando uma real intenção de morte. Os números foram divulgados em junho.

Além disso, a ONG Anistia Internacional constatou que a reação não só da polícia, mas de grupos de civis armados, foi digna de ‘paramilitarismo urbano’, completamente inconstitucional. São mais de 300 desaparecidos e pelo menos 90 casos de lesões oculares, fora as prisões arbitrárias e os relatos de violência sexual. O relatório concluiu que “as violações de direitos humanos e crimes de direito internacional não são fatos esporádicos, respondendo a um padrão de ações violentas destinado a infligir medo e desencorajar o protesto pacífico”. Para o cientista e professor Anderson Ariza, a estratégia do governo é culpabilizar as milícias pelos ataques.

A falta de representação nacional e a ausência de uma resposta do governo aos manifestantes culminaram na retirada da Comissão Nacional de Desemprego das negociações e na paralisação dos protestos. Porém, com o novo projeto enviado ao plenário no Congresso, novas manifestações foram convocadas. “Esta atomização é um dos maiores obstáculos: quase todas as cidades ou bairros têm o seu próprio grupo de desempregados, não existe uma articulação central”, afirma Gómez.

O legislativo também não apresentou nenhuma proposta e, de acordo com o jornalista, a atual situação é de incerteza e instabilidade: “acho muito difícil fazer previsões agora, porque tem muitos atores. Os protestos não têm lideranças definidas, e muitas delas são anônimas, porque quem se autodenomina líder de um protesto ou porta-voz, imediatamente se torna um alvo e sua vida está em risco.”

Segundo dados coletados a partir do 16º Congresso Internacional de Jornalismo

Investigativo da Abraji, os abusos de autoridade por parte do governo, além de intensos, também se davam por meio da censura do material produzido e publicado pela imprensa local. De acordo com os palestrantes, os governantes orientavam a sinalização das matérias sobre os protestos desfavoráveis à gestão Iván Duque como “notícias falsas”.

A violência policial é um fator recorrente em países da América Latina, retrato da herança colonizadora brutal que repercute suas raízes até hoje. No Brasil, o cenário não é muito díspar. Em maio deste ano, teve início a onda de protestos em massa contra o atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido), que gerou resultados preocupantes, assim como na Colômbia. No dia 29 de maio, estima-se que aproximadamente 109 municípios de 26 estados brasileiros se juntaram para manifestar sua profunda insatisfação com a gestão do líder da extrema-direita que, segundo pesquisas de opinião, naquela época, já apresentava em torno de 75% de rejeição. No Recife, a ação foi interrompida violentamente pela Polícia Militar, que reprimiu os protestos com tiros, gás lacrimogêneo e spray de pimenta.

Na Colômbia, em uma nova tentativa de emplacar a proposta de tributação, o Congresso aprovou o 3º texto apresentado pelo Governo. A reforma, que está longe de ser uma adequada para a questão econômica do país, pelo menos acata algumas reivindicações e cria auxílios para as camadas mais pobres e micro e médias empresas. As manifestações não foram extintas e o país enfrenta o mesmo problema de vizinhos latinos: as desigualdades exponenciadas pelas políticas de austeridade, resultado da onda neoliberal e autoritária que assola a América Latina.

O impacto da concessão do sambódromo do Anhembi

Com novos investimentos e alterações no local, carnavalescos questionam as consequências da privatização no dia a dia das escolas de samba

Por Laura Martins Lima e Lucas Malagone

O carnaval sempre foi um marco cultural importante no Brasil. Segundo o pesquisador Chico Santana, sua história em São Paulo começou como uma festa popular, com raízes africanas, portuguesas e indígenas. Na cidade, foi privilegiado pelo processo de expansão cafeeira, passando a ser diferenciado entre o “grande carnaval” e o “pequeno carnaval”.

O primeiro, tratava do carnaval da burguesia, repleto de luxo e brilho, também ficou conhecido como carnaval veneziano. O segundo, era uma festa de rua, formada pela população mais pobre, e trazia como elementos centrais, a dança e a música, que mais tarde deu origem aos blocos, cordões e escolas de samba como conhecemos hoje.

Em 1914, nasceu o primeiro cordão de São Paulo, na Barra Funda, que depois se tornou a Camisa Verde e Branco. Logo surgiram outros que deram origem às tradicionais escolas de samba, como a Lavapés e a Vai-Vai. Em 1949, apareceu Nenê de Vila Matilde com ilustres sambistas da Zona Leste de São Paulo.

Em 1967, as escolas com outras lideranças do meio carnavalesco da cidade se juntaram e contaram com o apoio do radialista Moraes Sarmiento para oficializar a festa paulista. Dessa forma, no fim da década de 70, os desfiles começaram a ocorrer no vale do Anhangabaú, e no começo da década de 80, na Avenida Tiradentes. Logo se criou uma liga para organizar os desfiles e a festa, mas o impacto veio em 1991, com a inauguração do sambódromo no complexo do Anhembi, um marco definitivo do poder cultural das escolas na cidade.

Trinta anos depois, esses valores podem estar em risco por conta da concessão do complexo do Anhembi, onde está o sambódromo, como explica o compositor Aquiles da Vila: “O carnaval, sobretudo o desfile de escolas de samba, devem, acima de tudo, preservar as raízes, mantendo a cultura como protagonista. Por isso, sou contra a concessão”.

A proposta inicial, feita pelo então prefeito João Dória, era privatizar não só o Complexo do Anhembi, mas também a São Paulo Turismo (SPTuris), empresa responsável por eventos e turismo. Apesar de discordâncias entre o Ministério Público e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu autorizar demolições no local. A Prefeitura estabeleceu o valor de R\$1,45 bilhão, o que não atraiu compradores.

Em 2019, o falecido prefeito Bruno Covas optou por conceder todo o Complexo do Anhembi para a iniciativa privada pelo valor de R\$53,7 milhões, que será cobrado como um aluguel. Também foram estipulados R\$620 milhões a serem investidos durante a vigência do contrato, além do negociador dever 12,5% da receita operacional bruta à prefeitura, pelo mínimo de R\$10 milhões.

A empresa a comprar o acordo pelos próximos 30 anos foi a GL Events Brasil. Em junho desse ano, ela apresentou o projeto “Distrito Anhembi” ao atual prefeito Ricardo Nunes, prevendo movimentar R\$5 bilhões anualmente, a partir de 2024. Segundo a multinacional francesa, a previsão inicial de investimento em ampliação e modernização é de R\$1 bilhão.

As obras, que estão previstas para começar no terceiro trimestre de 2022, transformarão o espaço ao lado do sambódromo em um complexo de entretenimento e eventos. Para isso, foi reservada uma área de 50 mil metros quadrados, onde será construída uma arena para fazer shows, atividades esportivas e reuniões de fins sociais.

O acordo prevê a devolução do sambódromo para a prefeitura por um período de 70 dias ao ano. O espaço continuará sendo administrado pela SP Turis, mas, o

compositor preocupa-se com o impacto da privatização na prática: “as escolas precisarão rever seus modelos e estratégias de chegada dos seus componentes. Perde-se demais em logística”.

O sambista entende os ensaios técnicos como fundamentais na organização do evento. “É importante fazer com que os componentes ensaiem no palco da grande festa e que as escolas possam colocar em teste tudo aquilo que foi projetado em sua quadra para o desfile anual”. Até 2020, a entrada ocorria de forma gratuita. Para Aquiles, é possível chegar num consenso para que as escolas possam faturar, sem que o público precise pagar para ter acesso ao local: “é possível gerar receita pública e/ou privada. Afinal, para cada data, pode-se prever dezenas de milhares de pessoas que ali consumirão a pré-festa.”

É essencial que as escolas de samba tenham participação efetiva em toda a organização do carnaval, sobretudo na reserva das datas para ensaios e nos assuntos relacionados ao local do desfile. Os problemas de comunicação entre a prefeitura e os carnavalescos até a fase atual do projeto demonstram que a preocupação da entidade se restringe às consequências econômicas do local e ilustra, na prática, o silenciamento daqueles que constroem a cultura popular brasileira.



© SP Turis

Inauguração do sambódromo

Projeto de melhorias decorrentes da nova concessão



© GL Eventos

Disputa entre gamers e mineradores fez o preço de placas de vídeo disparar

Durante a pandemia, o lucro das fabricantes de GPU cresceu 370% devido a preços inflacionados

Por Andre Nunes, Flavia Cury e Sara Gouvêia

As placas de vídeo ou Graphics Processing Unit (GPU) são usadas para fazer a conexão entre os componentes do computador e o monitor, exibindo a tela para o usuário. Também é responsável por rodar games e softwares que demandam muito processamento visual, como a modelagem 3D. Ocasionalmente, podem ser usadas para auxiliar alguns programas, acelerando as tarefas.

Durante a pandemia, o lucro das fabricantes de placas de vídeo subiu em 370%, em razão dos preços inflacionados. Isso se deve a fatores, como a suspensão de atividades das fábricas chinesas, a falta de materiais como o silício, que compõe os chips e o trabalho remoto, que aumentou a demanda do produto. No Brasil, a alta do dólar também é um agravante.

Além disso, durante crises econômicas, é comum investimentos em insumos que não perdem valor, por isso a mineração de criptomoedas está afetando o preço. Isso acontece, porque o sistema de segurança que é usado nas transações de criptomoedas (Blockchain) necessita das GPUs para funcionar. Com mais minerações acontecendo, as transações ficam intensas, precisando de mais placas para dar conta do processo.

Não são investidores físicos que compram em grande quantidade, e sim os mineradores, investidores qualificados que cedem o processamento gráfico de seus aparelhos para validar essas transações. Além do grande número de bots (programa de software que executa tarefas automatizadas e pré-definidas) para comprar as moedas de forma rápida.

Outro fator que contribui para esse aumento nos preços é a escassez, muitas vezes causada por esse excesso de bots. Os cliques automáticos são mais rápidos do que o clique humano, fazendo com que o estoque se esgote em questões de segundo – diferente das moedas tradicionais, as criptomoedas possuem uma quantidade limitada disponível no mercado e não possuem um banco central que produz mais lotes. Quem está utilizando esse método de forma agressiva são os cambistas, que compram esse pequeno número de GPUs e vendem no eBay até três vezes mais caros, encarecendo o sonho de ter um PC gamer.

Gamers x mineradores

Com uma placa de vídeo potente, é praticamente garantida a renderização de um jogo com alta qualidade gráfica. A placa é essencial para amantes de jogos eletrônicos, pois auxilia diretamente no processamento gráfico do jogo; mesmo este sendo muito pesado, o processamento acontece. A variação de modelo de GPUs juntamente com o preço define a leveza ao rodar.

Conforme as próximas gerações de jogos são anunciadas, jogadores buscam aprimorar seus setups, assim podem se manter atualizados na comunidade. Por isso, a grande demanda dessas placas sempre ocorreu por parte dos jogadores. Porém, com o aumento do preço, resultado do boom das criptomoedas, a compra por parte dos gamers caiu, já que muitos não conseguem investir em algo mais caro. Muitos reclamam de uma competição desleal, já que existem empresas focadas em mineração, que não se importam com essas variações de preços comprando lotes inteiros de placas.

Nvidia, uma das principais produtoras de placas de vídeo, já expressou que seu público-alvo não são os mineradores. Em 2017 e 2018 o método encontrado foi colocar muitas GPUs de segunda mão no mercado, mas seu lucro foi bem abaixo do normal. Porém, a empresa vem criando mecanismos de defesa contra essa prática. Sua nova estratégia são drivers que prejudicam os algoritmos utilizados na mineração de criptomoedas. E planejam, futuramente, uma linha inteira voltada para mineração.

Em 2021, o mercado das GPUs está mais otimista. Algumas reduções nos preços estão ocorrendo, entretanto, eles não se comparam aos pré-pandêmicos. Ou seja, elas continuam caras e inacessíveis a muitos consumidores. Isso nos leva a pergunta: será que um dia os preços serão como eram antes?



Placa de vídeo da Nvidia

Dezembro/2019

GTX 1650: R\$ 750,00
GTX 1660Ti: R\$ 1.700,00
RXT 2080Ti: R\$ 5.586,00

Fevereiro/2020

GTX 1650: R\$ 770,00
GTX 1660Ti: R\$ 1.340,00
RXT 2080Ti: R\$ 6.000,00

Abril/2020

GTX 1650: R\$ 1.150,00
GTX 1660Ti: R\$ 1.960,00
RXT 2080Ti: R\$ 8.778,00

Junho/2020

GTX 1650: R\$ 1.285,00
GTX 1660Ti: R\$ 2.338,00
RXT 2080Ti: R\$ 9.403,00

Agosto/2020

GTX 1650: R\$ 1.330,00
GTX 1660Ti: R\$ 2.331,00
RXT 2080Ti: R\$ 8.704,00

Outubro/2020

GTX 1650: R\$ 1.106,00
GTX 1660Ti: R\$ 2.000,00
RXT 2080Ti: R\$ 8.010,00

Dezembro/2020

GTX 1650: R\$ 1.260,00
GTX 1660Ti: R\$ 2.771,00
RXT 2080Ti: R\$ 7.750,00

Aumento do preço das GPUs em 2020

© Flavia Cury

© Reddit@ImCalcium

Recosturando o passado com o presente

Como a moda dos anos 60, 70, 90 e 2000 continuam influenciando nossos estilos hoje

Por Duda Moura, Malu Marinho, Matheus Monteiro, Ramon de Paschoa e Tabitha Ramalho

Os estilos passam por cada década deixando um marco histórico e cultural. Porém, uma peça coringa sempre volta aos guarda-roupas fashionistas, que também acaba parando nas lojas de varejo e sendo usadas por aqueles que dizem não se importar com moda. “É curioso como olhamos para o passado, para caminhar em direção ao futuro”, diz a designer e criadora de conteúdo Marina Oliveira.

Em diversas redes sociais é vista a releitura da amada franja Bardot, dos anos 60. Batizada em homenagem à atriz Brigitte Bardot, o corte foi popularizado nas postagens de artistas e celebridades. Além disso, os conjuntinhos de saia e casquinho, óculos de armação redonda e minissaias voltam a tomar espaço.

Marina é conhecida por suas fotos e desenhos publicados no Instagram @submarina.art. Suas combinações de roupas, maquiagens e penteados, no estilo anos 60, conquistaram mais de 74 mil seguidores. “Desde 2019, quando me mudei para São Paulo, acabei encontrando muita coisa legal no bazar e adotei este estilo”, complementa, falando sobre sua inspiração *fashion*.

Izabella Ricciardi (@izaricciardi), estudante de jornalismo da FAAP, comenta sobre a influência de estilo que grandes personalidades exercem, como a modelo Bella Hadid e as cantoras Dua Lipa e Ariana Grande. “A questão do corset, por

exemplo, fez grande sucesso por conta da série *The Bridgerton*, e a Hadid usava desde 2018. Essas tendências não surgem do nada, às vezes pipoca aqui e ali”. A jornalista musical, Isabela Yu, acrescenta: “penso que depende de como você decide revisitar o passado e aplicá-lo no presente”.

O revival do exagero e das maquiagens coloridas teve herança da psicodelia dos anos 70 e de uma ruptura do *millennium* (2000). “A internet ajuda nisso. No Brasil, sinto muito presente uma estética auditiva mais latina, tipo Kali Uchis. Acho que as pessoas estão mais dispostas a se reinventar.” A nostalgia também se manifesta em outros lugares, e Isabela retoma, “duas das maiores cantoras de pista, lançaram álbuns sobre a Era Disco, dos anos 70. Lady Gaga com o *Chromatica* e Dua Lipa, com o *Future Nostalgia*, que destoa, mas dá para sentir as influências”.

No Grammy de 2021, Lipa usou um vestido de borboleta da Versace. O símbolo foi um marco dos anos 2000, estava em todo lugar, como em camisetas e acessórios, a exemplo da coleção de Blumarine, que foi de primavera/verão até outono do mesmo ano. Ainda no tapete vermelho, a dupla Silk Sonic composta por Bruno Mars e Anderson Paak surge com uma outra vertente dos anos 70, o Soul – estilo muito popular em meados de 1977 cruzando até o começo dos anos 80. Esse nicho foi construído por artistas e cantores negros,



Cantora colombiana, Kali Uchis

que, fugindo da contracultura branca, surgiram com sua própria contracultura, tendo como principais inspirações Aretha Franklin e Marvin Gaye.

A influência da moda negra foi muito forte nos anos 90. Saiam da periferia norte-americana as roupas extremamente largas e conjuntos esportivos, popularizados principalmente por grupos de rap como o NWA, que ainda traziam o “*All Black*” em sua estética. Outras “passarelas” eram os *backstages* dos jogos na NBA (a liga nacional do basquete estadunidense). O jogador Michael Jordan esteve entre os que abusavam dos conjuntos que, hoje, estão sendo muito usados pelo público geral.



© Arquivo pessoal



A Era 60's

Conhecemos a época por filmes e ícones de referências que, atualmente, servem de inspiração para outras artistas. A norte-americana Ariana Grande trouxe em seu videoclipe “*Positions*” referências do *pillbox hat* da ex-primeira dama Jackie Kennedy, um dos ícones da moda em 1967. O vídeo foi ambientado na Casa Branca, e a cantora ousava nos conjuntinhos e penteados bem característicos da década.

“Jackie foi uma transição perfeita do estilo Dior dos anos 50 aos *Moots* dos anos 60. Ela representava uma mulher um pouco mais madura, porque muito do que aconteceu nos anos 60 foi da contracultura jovem”, diz Izabella, referindo-se à amplitude do movimento hippie em contraposição à elegância no estilo da primeira-dama.

A estudante de jornalismo conta que Jackie impactou desde botões dourados nos terninhos, até acessórios - como sua bolsa da Gucci -, e pode ser considerada uma das primeiras grandes *influencers*. “Tudo o que aquela mulher usava, vendia muito”.

Marina Oliveira (@submarina.art)
e seus looks inspirados nos anos 1960

Os 70': Love each other so androgynous...

"E ela (...) está feliz com o jeito que se veste, feliz com seu gênero", retrata a letra da música *Androgynous*, dos *The Replacements*, falando sobre a revolução de gênero que acontecia durante os anos 70.

A estética da época foi marcada por ideologia. Cabelos longos, jaquetas de couro, calças boca de sino, tamancos e cropped foram os símbolos unissex da era Woodstock que voltaram a bombar nas pastas do Pinterest.

A mesma reinvenção, ocorrida há 50 anos, ressurge impulsionada pela tecnologia. A jornalista musical Isabela Yu relata que "a volta das tendências é a prova de que as coisas são cíclicas e refletem o estado do mundo".

"Depois do movimento *hippie*, veio o *punk* como revolta. Acho que a natureza humana é se reinventar." Com a virada do século, não houve nada mais revolucionário que a internet, e em tempos de quarentena, a reinvenção foi interior. "A volta do *mullet* – de questionar a feminilidade – está acontecendo de novo, quando as pessoas usam as redes sociais para pensar em outras coisas." exemplifica.

A *instagrammer* Marina ainda comenta: "Acho que esse é o barato da moda, você não precisa se montar. Pegando acessórios ou objetos que fazem referência à época, já fica com um *look* característico. É muito legal reconhecer o quanto a moda é cíclica."



© Arquivo pessoal

Isabela Yu (@isabelayu) e a moda nos anos 70'

A criadora de conteúdo Marina Oliveira tem a década de 60 como influência de estilo. "Acho que vou ter que ser clichê e falar da Jane Birkin. Além, do cabelo de Pamela Course e estilo Françoise Hardy". A *influencer* conta que, quando estudava na faculdade Belas Artes, havia começado um estágio no museu Lasar Segall, o que a deixou ainda mais próxima do estilo da época.

As referências do cabelo dividido ao meio, franja reta, óculos com armações maiores, sobancelha penteada para cima e *cat-eyes* são oriundas dessa década e voltaram com tudo em 2021.

"Esse ano estou vendo umas *makes* diferentes, bem anos 60. Vejo muito as estampas psicodélicas e até os *jeans* boca de sino", Marina completa. "Acho que, por influência da série *Euphoria*, as pessoas estão ousando mais. Não tem ruptura, tem na verdade uma reinvenção, uma retomada dos clássicos e das principais tendências".

Outra fase importante nesta década foi o estilo futurista, adotado pelo estilista André Courrèges, que trazia consigo essa ideia de "viagem espacial". Izabella conta que, por mais que alguém quisesse, era um tipo de roupa complicada de se usar. Por isso, no final da década, popularizou-se o estilo Boho, com peças mais leves, inspiradas na moda marroquina, com a modelo Talitha Getty, uma das referências no estilo.

O oversized dos 90's

Para o influencer de moda, Thiago Borges (@tbborges), a grande tendência dos anos 90 é o *oversized*. Ele acredita que o cenário pandêmico contribuiu para a ascensão do estilo: agora em casa, as pessoas perceberam que dá para se vestir bem e estar confortável ao mesmo tempo.

As principais influências da época são o estilista Jerry Lorenzo, o rapper Kanye West e o designer de moda Virgil Abloh. Eles abraçam a ideia do conforto e estilo, propagando a tendência *streetwear*.

O que difere dos dias atuais é que as peças não apresentavam uma modelagem excessivamente maior. Para conseguir esse visual "largadão" comprava-se roupas XL das marcas que estavam em evidência. Esse estilo – contava com grandes proporções e peças extremamente confortáveis – foi adotado pelos rappers da época. NWA, Lil Baby, Tupac e Snoop



Thiago Borges (@tbborges)
se inspira na moda dos anos 90'

Dogg, desfilavam nas ruas da Costa Oeste com trajes despojados e desproporcionais, o que confrontava o visual de Alta Costura que os rappers do mesmo local usavam.

Thiago diz que “por muitos anos a moda era uma pirâmide. No topo estavam as grandes marcas: Dior, Chanel, Louis Vuitton. Essas marcas ditavam o que era moda”

Atualmente, é notável a movimentação das grandes Casas da Moda para a inversão desse padrão. Estilistas que se consolidaram no *streetwear* estão entrando para o *high fashion*. A Louis Vuitton trouxe Virgil Abloh e a Dior contratou King Jones diretamente da Nike.

Muitas marcas perceberam a predominância do estilo *oversized* e se reinventaram.

Antes, o que saía das Casas de Moda para as ruas, agora, faz o inverso. Considera-se o que está sendo usado e não o que era considerado elegante para as passarelas na Europa.

A reinvenção dessas marcas é muito perceptível. Nos últimos desfiles, a marca francesa Dior vem ousando nas proporções e ganhando um ar mais amigável ao público, sem perder a elegância da grife.

O universo divertido 2000s

Izabella Ricciardi (@izaricciardi) reflete em como a moda sempre olha para o que está acontecendo no momento.

Desde 2020, vivenciamos um confinamento causado pela COVID-19. “Eu falo que tem a indústria da moda antes da pandemia e depois da pandemia”, explica. Durante o isolamento social, a moda passou por estágios. “Os anos 2000 surgiram porque estávamos com saudades de sair.”

Começou com referências do aniversário de 21 anos da Paris Hilton. A tendência já estava em alta porque a modelo Kendall Jenner também usou em seus 21 anos”. São estéticas que não surgem do nada, como explica Izabella, elas têm um final calçado no escapismo pelo momento em que vivemos.

A moda veio como uma forma de expressão. Muito mais que uma indústria, os estilos são arte. Como um respiro de escape por tudo que temos enfrentado nos últimos dois anos, repensamos os clássicos reinventando os anos 60 com o *cottagecore*, revivendo os anos 70 com seus *cropped*s e psicodelia, almejando o conforto *oversized* dos anos 90 e revisitando a loucura colorida de 2002. Porque, as tendências são cíclicas e acabamos recosturando o passado com o presente. Marcas tiveram que repensar na sua forma de agir, embora, não necessariamente, tenha resultado num modo sustentável.

“A gente teve um tempo para retrospectiva e já chegou um momento que nós não aguentamos mais e queremos sair para algum lugar. Nisso, acabamos revisitando outras eras”, aborda a jornalista. A caótica moda dos anos 2000 surgiu a partir de um contexto de crise econômica e estagnação, parecido com o que vivemos hoje.

Izabella Ricciardi (@izaricciardi)
e os anos 2000



Roupas divertidas e coloridas, acessórios infantis e miçangas, cintura baixa e pele à mostra foi um estilo que marcou o final dos anos de 1999 até 2008. “É muito legal, porque existia uma liberdade na moda. Hoje, parece que todo mundo tem medo de errar na roupa”, finaliza Ricciardi.

Além do Rádio: André Russo

Por Isabella Marinho, Malu Marinho e Sarah Catherine Seles

Como uma supernova, nos foi apresentado e rapidamente passou para um outro plano. Era como se ouvíssemos as ondas sonoras de André Russo transbordando e preenchendo cada espaço que ficou vazio. Atencioso é uma das palavras que sempre é usada para falar sobre ele. O professor, que lembrava do nome de todos os alunos, estava disposto a animá-los a todo momento.

Gabriela Piva, estudante e jornalista, foi uma dessas pessoas. Desde pequena, ela ouvia que não era inteligente o suficiente para entrar na faculdade. "Então eu costumava fazer piadas autodepreciativas comigo mesma. E um dia, o Russo me parou no meio do corredor da PUC, do nada, e falou: 'Para de ficar falando que você não é boa o suficiente'", lembra Piva. "Agora, toda vez que eu penso que eu não sou boa, eu lembro dele falando. Isso mexeu comigo profundamente. Infelizmente, nunca falei isso pra ele, mas ele deve saber de algum jeito".

Antes de mestre, Russo foi André, o aluno. Em um dia qualquer da semana, na ESPM, ele esbarrou com seu colega Rogério Zé. Enquanto conversavam, André contou que queria trabalhar com rádio: "Zé, não tenho nada a ver com isso aqui, meu negócio é rádio. Vou trabalhar em rádio". Aquilo foi uma surpresa, eles não eram tão íntimos e Zé não sentia que era a pessoa certa para receber aquela confiança. Depois disso, os dois, perdidos nos afazeres universitários, pararam de se ver por um breve período.

A cena, então, corta para Zé, que, em um colégio eleitoral, notou uma figura pública adentrar para a votação. Entre os muitos jornalistas que o acompanharam, estava lá uma figura familiar, potente, de terno bege: André Russo. "Eu lembro da sensação de saudade, de pensar quanto tempo não via o cara e saber que ele me disse que queria trabalhar em rádio e conseguiu". Seu amigo de faculdade estava realizando um grande sonho.

André tinha muitos amigos, era conhecido como alguém que regava os relacionamentos. O seu grande colega e companheiro de trabalho, Silvio Mieli, relata que, inicialmente, o conhecia apenas como repórter. "Tenho uma memória auditiva muito grande, mas raramente ele falava nas reuniões de professores [da PUC-SP]. Apesar disso, eu lembrava bem da voz dele", conta Mieli. Quando, finalmente, André falou pela primeira vez, Silvio reconheceu aquela voz instantaneamente.

© Montagem por Sarah Catherine Seles



André Russo emanava um brilho e fazia questão de dar oportunidades para que outras pessoas brilhassem também

O rádio proporcionou uma amizade inusitada, mas verdadeira. Depois de seu falecimento, muita gente estranhou o fato dos dois serem amigos. "Engraçado, né? Como se você não pudesse ter como amigo alguém que pensa diferente de você", observa Silvio. O rádio os unia.

Russo adorava as sonoras: "Não to falando da música, e sim do som, sabe?", explica Rogério Zé. A sonoridade dos nomes, sobrenomes, o efeito de cada sílaba se expandia e ecoava de um autotransmissor orgânico que funcionava dentro dele. "Ele adorava sons bonitos, era um jeito de mostrar a potência e às vezes também o ridículo do nome", afirma Zé. Silvio também lembra que André gostava de simular boletins de rádio em ligações. Falava: "Vou dar um boletim rápido pra você, coisa rápida".

André acreditava em envolver as pessoas pela voz. Ele conseguiu, em vida, sentir esse prazer na alegria de experimentar outra dimensão. Na universidade, foi amado: alunos e professores sentem o peso de sua ausência. Isso revela sua intensidade, "é uma questão de amplitude e frequência. André tinha uma frequência específica", conta Mieli.

Russo, além de ser uma rádio vivente, era um intelectual em construção. Depois de anos de rádio, conseguiu se dedicar bravamente aos estudos, frequentava bibliotecas e começou a se apaixonar pelo trabalho acadêmico, tanto que estava desenvolvendo seu projeto de doutorado. "A impressão que eu tenho é que o companheiro André estava sacando que ele tinha uma vida própria. Que podia viver a vida dele com a sua esposa e com a mãe, estudar, fazer as coisas que gostava e,

também, realizar algum projeto corporativo", observa Silvio.

Zé, amigo da universidade que passou a ser amigo da vida, não teve oportunidade de conhecer Russo como professor. Ele relata um único momento em que o viu em serviço: "Conversei com ele por causa do Memorial Inumeráveis, a PUC foi a primeira [universidade] a apoiar o projeto". Mesmo sendo muito amigos, eles nem sempre estavam juntos: "André era um cara, desses raros, que insistiam na amizade. Teve uma época da minha vida que foi uma loucura e o André era a âncora da nossa amizade. Ele sempre tinha um áudio, um assunto, mesmo depois das nossas vidas serem empurradas para longe, ele não deixava a maré levar".

E, com descontentamento, relembra: "A única vez que o vi na PUC foi com a foto impressa na capela, como uma forma de homenagem e protesto. Foi dessa forma que vi meu amigo-professor na universidade".

Sua ex-aluna, Gabriela Piva, se queixa sobre a ausência que o mestre deixou. "Sinto falta da presença que constrói, de ele estar lá", e completa "o que mais sinto falta, é dele, do Russo".

André Russo emanava um brilho e fazia questão de dar oportunidade para que outras pessoas brilhassem também. Para seus amigos, ele era som e intensidade e entre muitas emoções eles relatam a falta que a morte deixou. "André era o som, era uma linguagem nele mesmo. Tinha um dom vital e só propagava coisas boas. Tudo sem ele parece mais silencioso", comenta Zé. O mundo perdeu um grande jornalista e, hoje, algo falta permanentemente.

"Não consigo acreditar, meu querido amigo André..."

WhatsApp, jornada de trabalho e o cansaço mental na pandemia

O Contraponto ouviu 80 pessoas (entre professores e alunos) acerca da fadiga com a tecnologia em tempos de isolamento

Por Aline Freitas, Gabriel Tomé, Ligia Saicali e Sarah Catherine Seles

O impacto da pandemia do novo coronavírus na saúde mental dos brasileiros pode ser notado na relação com as mídias sociais, principalmente o WhatsApp. A diminuição das interações presenciais e a alta carga de demandas no mundo virtual fez com que diversas pessoas se declarassem mentalmente exaustas. O aplicativo de mensagens instantâneas, que era tido como grande facilitador da comunicação, tornou-se um obstáculo a ser superado.

Um dos maiores desafios, agravado pelo momento pandêmico, é estar sempre disponível através de um toque. Imagine se estivesse na sala de sua casa e alguém tocasse sua campainha. Ao atender, você se depara com uma fila de pessoas querendo falar com você. Atender todas demandaria energia e tempo, o que, provavelmente, te esgotaria. Algo semelhante acontece no uso dos mensageiros instantâneos.

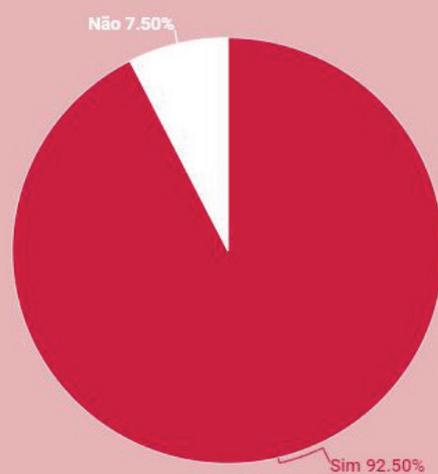
Vai responder, não?

Quem nunca se deparou com um amigo chateado ao ser ignorado no WhatsApp, que atire a primeira pedra. Mas atender a essa nova demanda tem prejudicado a saúde de alguns. Essa pressão social de responder imediatamente pode desencadear várias moléstias, entre elas, hipervigilância e ansiedade. O imediatismo que a rede gera pode causar distúrbios no sono, e longos períodos de uso podem acarretar em problemas de postura e oftalmológicos.

Economia da atenção

Não à toa o nome é rede, uma vez que você é praticamente fisgado para dentro delas. E é bem difícil escapar, já que elas são desenhadas com o objetivo de gerar atração máxima. Isso porque quanto maior o tempo em frente a tela, maior o engajamento e mais anúncios são vistos de acordo com a interação estabelecida. Para isso, os algoritmos funcionam como aliados do vício: cada vez mais, eles preveem os gostos dos usuários para que seja quase impossível desligar o celular. Nesse sentido, estar nas redes sociais é como estar preso em uma rede de pesca, em que quanto mais se luta para sair, mais emboada ela fica.

Seu trabalho passou a demandar um uso maior do WhatsApp durante a pandemia?



*Foram ouvidas 80 pessoas da comunidade PUCSP

© Aline Freitas

E quem depende da ferramenta para trabalhar?

Uma das dicas para aliviar o estresse causado pela sensação de imediatismo do WhatsApp é desabilitar as notificações. Porém, isso não é possível quando a plataforma de mensagens é utilizada como parte da rotina de trabalho. Nesses casos, o aplicativo perde a sua função de entreter e se torna parte das obrigações.

“O WhatsApp era um aplicativo para conversar com meus amigos, botar o papo em dia, mas agora virou uma ferramenta de trabalho, em que clientes me acionam o dia inteiro”, diz um relato enviado anonimamente à equipe do **Contraponto**, no formulário realizado para entender qual é a relação dos discentes e docentes com a plataforma.

Outro problema gerado pelo uso corporativo do aplicativo é que a jornada de trabalho dos empregados que o utilizam nem sempre é respeitada. Oito em cada dez pessoas ouvidas pelo **Contraponto** afirmam acreditar que o uso do WhatsApp no emprego piorou o estabelecimento de limites para a carga horária. “Hoje sinto que não existe mais o horário comercial no WhatsApp, muitas vezes chega mensagem importante domingo à noite e eu tenho que responder”, afirma outro relato anônimo.

O advogado trabalhista Caio Crepaldi afirma que o horário do expediente deve

ser respeitado. “Se eu tenho o horário de trabalho até às cinco da tarde e sou demandado às seis, sete ou oito da noite, com frequência, isso é caracterizado como hora extra”, afirma.

De acordo com Crepaldi, se o empregador não pagar como hora extra, o trabalhador deve, primeiramente, formalizar essa reclamação com a empresa. “Agora, se for uma política da empresa não pagar esse valor, aí realmente só procurando um advogado e ingressando na Justiça do Trabalho para fazer valer esses direitos”, pontua.

Para que não haja esse problema, a separação de números e até de aparelhos surge como solução. “A empresa não é obrigada a fornecer um número específico, mas eu sempre sugiro que faça essa separação justamente para evitar esse desgaste, para evitar que as coisas sejam confundidas”, afirma Crepaldi. “Se eu tenho um celular específico da empresa, em que eu tenho o WhatsApp da empresa, quando der o meu horário eu deixo o celular desligado ou em *standby*”, complementa.

Há também a possibilidade de uma plataforma, diferente do aplicativo, exclusiva para assuntos empresariais. “No início, meu trabalho usava muito o WhatsApp para tudo. Recentemente, contudo, fizemos a transição para uma plataforma exclusiva

para trabalho (Slack), o que foi muito positivo”, relatou uma das fontes anônimas.

Essa problemática, contudo, não se limita ao trabalho em *home office*: 68,8% dos estudantes ouvidos pelo **Contraopon-to** afirmam que o uso excessivo do aplicativo tem atrapalhado o desempenho acadêmico. “Fiquei refém do WhatsApp para consultar muitos assuntos relacionados a aulas e trabalhos da faculdade, fazendo com que eu sempre precise estar com o celular em mãos. É cansativo demais, sendo que antes utilizava mais o aplicativo como simples forma de me comunicar com quem está longe”, afirma um estudante.

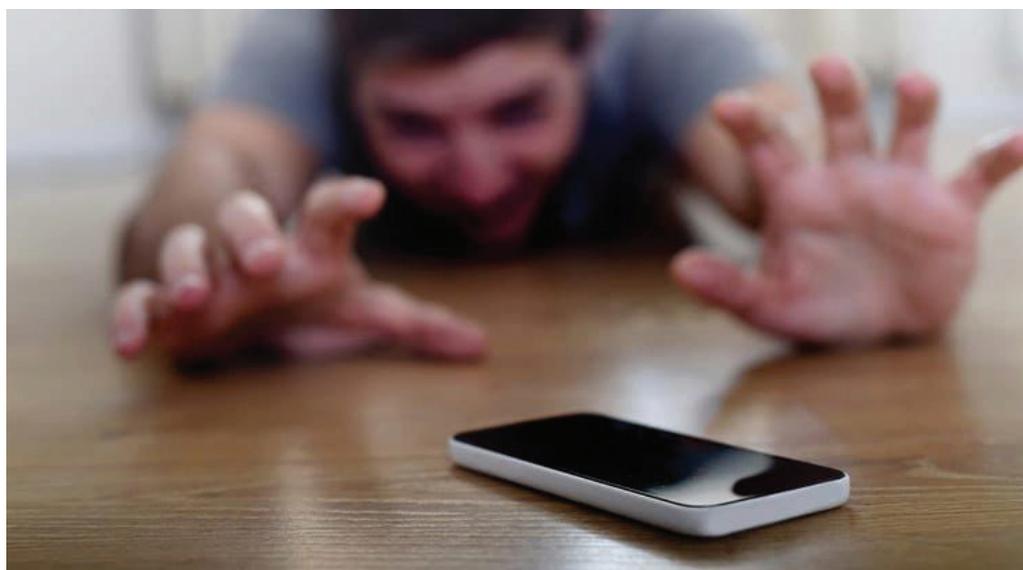
Diante do assunto, a psicóloga Luana Nacer explica: “O problema do remoto é que ainda os limites não foram devidamente construídos. Seu chefe, professor pode te mandar um WhatsApp ou email, no domingo às 22h. Isso é absurdo”. Ela cita ainda consequências do uso excessivo: “As pessoas que utilizam muito [o WhatsApp], no geral, estão fatigadas, com problemas oftalmológicos, insônia, ansiedade... o problema é essa forma do muito”.

Para Nacer, a forma de se relacionar com o outro sofreu alterações com a pandemia, e as redes sociais estão incluídas nisso. “Compreendo as redes sociais como um grande potencial da atualidade para conhecermos pessoas, tirarmos dúvidas, nos unir a coletivos de interesse comum. Não vejo os avanços tecnológicos como nossos inimigos por si só”, explica Luana.

“O trágico da rede social, por enquanto, é essa coisa ‘fast food’. Tudo tem que ser já. E é muito sofrido esperar o ‘pra já’ do outro e de si. Muito difícil viver de plantão, né? Então, eu acho que precisamos seguir pela via da compreensão, o máximo que a gente puder”.

A estudante e produtora de conteúdo, Barbara Cristina, entende exatamente o que Luana define. Antes da pandemia, ela utilizava o WhatsApp para organizar trabalhos acadêmicos e para conversas com seus amigos; mas, após a quarentena, Barbara viu sua relação com a plataforma mudar completamente. “Eu mudei de emprego e um dos principais meios de comunicação dentro da minha empresa é o WhatsApp. Então eu fico o dia todo no WhatsApp do meu trabalho, no meu número corporativo”, conta.

Apesar de sua empresa oferecer um número corporativo e um aparelho, as demandas continuam sendo recebidas após o horário de trabalho. A estudante relata que, muitas vezes, ela trabalha até nos fins de semana, porque as atribuições não



© Reprodução

O uso excessivo do WhatsApp pode impactar na saúde mental e física dos usuários

param de chegar. “Então, você tem um horário limite [mas não é respeitado], ou até mesmo no fim de semana você tem que estar online, é muito ruim”, explica.

“Parece que tudo tem que ser na hora por você estar com o WhatsApp ali aberto, você fica respondendo toda hora. As pessoas acreditam que você precisa estar sempre online, mesmo você estando com dois números diferentes, o pessoal e o corporativo”, conta Barbara sobre o imediatismo do WhatsApp.

Essas exigências pesam na saúde mental e física dos usuários. “Senti uma piora no meu cuidado e na minha saúde mental porque eu acabo usando muito minhas redes sociais. E acaba que eu não consigo mais me concentrar, eu fico muito no automático”, conta a produtora de conteúdo.

O uso constante fez com que a estudante cansasse da plataforma até para falar com seus amigos. E para ela, o isolamento social agravou ainda mais essa fadiga. “É muito ruim ficar no WhatsApp, não só por essa questão de ter essa urgência, mas também por não estar vendo, conversando, ouvindo e olhando nos olhos das pessoas”.

Barbara lembra ainda que nem tudo precisa ser feito imediatamente: “Eu não preciso responder tudo pra ontem, as coisas não precisam ser todas na hora. E eu também preciso ter um tempo de descanso, senão eu não consigo nem me dedicar ao meu trabalho”.

Como melhorar o uso

Para minimizar os impactos do uso excessivo do WhatsApp você pode seguir algumas dicas:

A primeira delas é definir qual o uso da rede. Afinal, é pessoal ou profissional? Delimitando a função, é mais fácil mapear mentalmente o objetivo dela.

O passo seguinte é desativar as notificações do mensageiro. Isso evita que você se distraia com qualquer alerta e vá responder na hora.

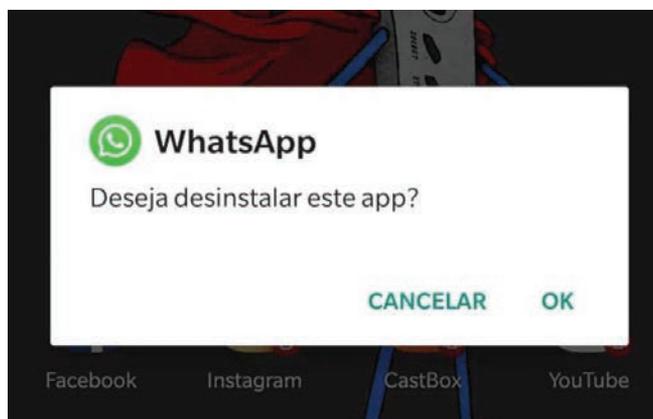
Fuja dos grupos! Grupos normalmente são criados para coisas pontuais, como um encontro de amigos ou um trabalho da faculdade. Após isso, se possível saia deles.

Defina horários para o uso. Tire intervalos de alguns minutos durante o dia para responder o aplicativo; por exemplo, uma vez pela manhã, uma vez pela tarde e uma vez pela noite. Isso evita que você fique verificando se tem algo novo por lá de 10 em 10 minutos.

Evite checar o aplicativo em intervalos curtos em busca de novidades. Se acostume com o ócio e tire um momento de descanso.

Diminua a luminosidade do seu celular, ative o filtro azul e o modo escuro. Isso diminui o impacto causado pela luz do aparelho nos seus olhos.

Procure fazer outras coisas ao acordar. Sua maior necessidade ao levantar é mesmo ir verificar as mensagens que você recebeu?



© Reprodução

Os dois lados de uma mesma rede

As construções do convívio nas redes sociais são reflexos de nossas próprias personalidades

Por Livia Veiga Andrade, Ricardo Dias de Oliveira Filho e Victória Toral de Oliveira

As redes sociais promovem conexões entre diversas pessoas, por meio do compartilhamento de informações e histórias. Nelas, também inicia-se o debate sobre a negatividade que a mesma causa na sociedade, mas a análise não pode se voltar apenas para a toxicidade motivada pelos aplicativos em alta. Investigar a internet, hoje em dia, permite enxergar seu caráter dual.

Para a psicóloga e psicanalista, Daniella Vieira, a sobreposição das partes negativas e esse duplo perfil da internet ficaram mais aparentes. “Foi exatamente pesquisando a parte negativa que me deparei com coisas muito positivas. Temos a tendência em estranhar tudo que é novo e demonizar a rede como se ela fosse o problema”. Mostrar o lado positivo das redes sociais não anula a necessidade de educar os usuários quanto às consequências da disseminação de ódio e de seu uso excessivo.

Segundo Daniella, o uso exagerado dessas estruturas pode acentuar diversos problemas psicológicos, como: ansiedade, baixa autoestima, intolerância à frustração e sono prejudicado, podendo levar a resultados mais extremos, como o caso do suicídio de Lucas Santos, 16 anos, filho da cantora Walkyria Santos, vítima de comentários homofóbicos após postar um vídeo com um amigo no Tik Tok.

Perguntada sobre a possível motivação de comentários negativos nas redes, Daniella responde que as pessoas agem de tal maneira devido a diversos fatores, principalmente, pelo anonimato garantido e pela inveja: “Esse discurso de ódio realmente tem se relacionado com aquele que está escrevendo, e não com a pessoa que está recebendo”.

Como aconteceu com o criador de conteúdo, Breno Oroz, que relatou passar por um período conturbado, aos 12 anos, após ganhar visibilidade com a ajuda de outros youtubers e da atriz, Madu Dornelas, que teve sua

autoestima fragilizada por conta de alguns comentários.

Em entrevista ao **Contraponto**, ambos relatam sobre os ataques nas redes sociais.

Breno Oroz: Em 2015, eu era muito fã de alguns youtubers, nisso acabei criando meu canal, por influência deles. Porque, depois que os conheci, eles apoiaram e deram umas dicas, [...] então, eles começaram a postar muita coisa comigo e comecei a sofrer muitos ataques dos seguidores deles. Por conta disso quis parar, mas acho que isso me deu muita força.

Madu Dornelas: Teve uma época em que eu cortei a franja e as pessoas começaram a falar: “Quando a franja dela crescer, eu vou voltar a seguir”. É apenas estética, eu estava me sentindo ótima com a franja, e a partir desses comentários comecei a me olhar no espelho e ficar, ‘Caramba, será que está ruim mesmo?’. E isso me deixou bem para baixo”.

CP: O que as redes sociais já te proporcionaram?

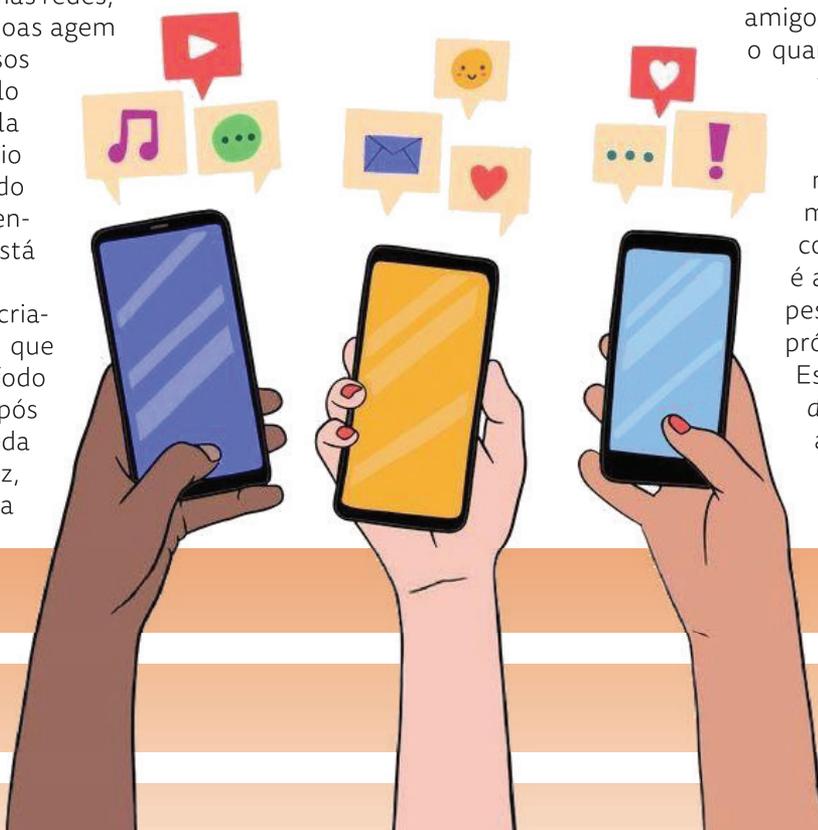
BO: Muita coisa. Foi por conta das redes sociais que tive, em partes, meu primeiro emprego assalariado. Hoje em dia, recebo para postar uma parcela dos meus vídeos. Foi um lugar que, querendo ou não, eu fiz grandes amizades, grandes ensinamentos e acho que isso é maior que qualquer coisa.

MD: Conhecer pessoas que eu nunca pensei que conheceria e fazer muitos trabalhos. Ainda sou uma influenciadora pequena, então não tenho tanta coisa, mas, por exemplo, faço teatro e muitos dos meus seguidores vão me assistir, isso já me ajudou bastante com a peça.

Apesar dos pontos negativos, as redes sociais mostram ser espaço de novas oportunidades. Além de aproximar pessoas, permitem que elas se expressem e criem conteúdos, possibilitando novas formas de trabalho. A maneira como nos relacionamos com as redes é reflexo do que estamos buscando para nossas vidas. Ter autoconhecimento é fundamental para sabermos usar as redes sociais e direcioná-las ao caminho que traga um propósito, servindo, assim, como uma ferramenta.

No caso do perfil *Mídiamor*, no Instagram, criado pela especialista em inteligência emocional e comunicação não violenta, Paula Roosch, existe um redirecionamento da forma de usar o aplicativo ao compartilhar histórias de outras pessoas, com o intuito de trazer a reflexão sobre empatia, compaixão e altruísmo. “Tem pessoas que se inspiram nas histórias, não só para reduzir a ansiedade, ou para ter mais esperança, percebo esse efeito também na minha vida, quando entro em contato com as histórias e quando meus amigos, ou pessoas conhecidas, falam o quanto que ver o conteúdo no *feed*

tem o potencial de mudar a qualidade do dia. É muito poderoso perceber que alguns segundos e minutos de interação podem promover reflexões. A especialista complementa: “Contar histórias é a melhor forma de fazer isso, as pessoas começam a refletir sobre a própria vida de uma forma prática. Essa é a principal função do *Mídiamor*; não ser só uma pílula de alívio para tanta coisa ruim que acontece, como também, ser uma dose de inspiração”.



© Freepik

Como uma fênix, o Museu da Língua Portuguesa renasce das cinzas

A reinauguração acontece com recuperação dos espaços internos e com exposição focada na história e trajetória da instituição

Por Fernando Maia, Mayara de Moraes Neudl e Pedro Henrique Portes

No dia 21 de dezembro de 2015, por volta das 15:50, o Museu da Língua Portuguesa era acometido pelo incêndio que se tornaria histórico. O fogo teve início no primeiro andar, tomando conta rapidamente dos andares superiores por conta dos materiais da construção, compostos por madeiras, plásticos e borrachas; e alastrou-se por toda a área de 4,3 mil m² dos três pavimentos.

A tragédia ocorreu em um dia que o local estava fechado para o público e, segundo o inquérito relatado em julho de 2019, pelo Instituto de Criminalística, foi provocada por um dano em um dos holofotes na Estação da Luz.

Com a necessidade de 37 viaturas e 97 bombeiros, o incidente – que foi controlado após duas horas e meia – levou ao falecimento do bombeiro civil Ronaldo Pereira da Cruz, que trabalhava na instalação e sofreu uma parada cardiorrespiratória. O Museu da Língua Portuguesa era assegurado em R\$45 milhões no caso de incêndio, e tinha todo o seu acervo em *backup*.

O prédio manteve as portas fechadas por quase seis anos, para reforma e reconstrução das áreas afetadas pelo incêndio que atingiu a estrutura. A obra, a qual teve início efetivo apenas em dezembro do ano seguinte ao incêndio, foi uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo e seguiu sob responsabilidade da Fundação Roberto Marinho em parceria com o IDBrasil, organização social encarregada da gestão do museu.

A restauração contou com o patrocínio principal da empresa portuguesa EDP, além de contribuições vindas do Grupo Globo, Grupo Itaú, Sabesp, bem como verbas federais por meio da *Lei Rouanet*. No total, houve um investimento conjunto de mais de 85 milhões de reais.

Para que a obra fosse possível, foram desenvolvidas três fases de ação: primeiro, o restauro das fachadas e esquadrias, seguido pela reconstrução da cobertura consumida pelo incêndio e, finalmente, a recuperação dos espaços internos. Ainda foram realizadas obras de conservação na cobertura da Ala Oeste do museu, que não foi afetada durante a tragédia, com o objetivo de fortalecer a estrutura. Hoje, as melhorias superam as exigências de segurança do Corpo de Bombeiros.



© Reprodução

Reconstrução do Museu da Língua Portuguesa

Em busca do selo de sustentabilidade LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), o qual foi conquistado, cerca de 85% da madeira utilizada nas reformas foi reaproveitada da própria estrutura e os 89.150kg restantes eram provenientes e certificadas da Amazônia. A estrutura de madeira remanescente da cobertura foi reciclada na reparação das fachadas e esquadrias.

A reconstrução foi, enfim, finalizada em dezembro de 2019, seguida de uma série de testes de funcionamento, assim como o treinamento de funcionários. Durante os anos em que o museu esteve fechado, a gestão da instituição não deixou de realizar atividades para celebrar a Língua Portuguesa, como foi o caso em 2017, 2018 e 2019 no Dia Internacional da Língua Portuguesa, tal como em outras ocasiões.

O museu, localizado na praça da Luz, foi reinaugurado no dia 31 de julho e, apesar de o Governo Federal não ter enviado um representante, compareceram João Dória, governador do Estado de São Paulo, e os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. Também houve a presença de outros correspondentes lusófonos, entre eles, o presidente de Cabo Verde e o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, que condecorou a instituição com a Ordem de Camões,

declarando: “Aqui viemos para dizer que uma língua é uma alma feita de milhões de almas, pela qual se ama, se sofre, se cria, se chora, se ri, se pensa, se escreve, se fala”.

Atualmente, a construção é composta por instalações interativas. Algumas novas, mas também outras que foram preservadas e atualizadas, como a “Falares”, que retrata diferentes sotaques e expressões do idioma. Uma das mais recentes é “Línguas do Mundo”, uma “floresta de línguas” que recita frases em 23 línguas diferentes. Ainda foi construído um terraço em homenagem ao Paulo Mendes da Rocha, arquiteto que idealizou um projeto de intervenção no museu em 2006, no terceiro piso.

Na entrada, encontra-se uma viga de madeira do telhado, queimada no dia do incêndio, para relembrar aos visitantes a história do local.

A exposição de inauguração do museu tem como um de seus principais aspectos demonstrar a história e trajetória da língua portuguesa, destacando suas diversidades, tanto proveniente de outras culturas – árabe, africana e indígena –, quanto a falada e modificada nas ruas. Segundo Isa Grinspum Ferraz, curadora do museu, isso ocorre com o objetivo de demonstrar que, enquanto falantes, todos são autores da língua de alguma maneira.

Cenário das bandas independentes em Santos respira por aparelhos

“Se a gente quisesse fazer um show em Santos hoje teríamos dificuldade em achar um lugar”, comenta o baterista da banda santista Surra

Por Ana Kézia Carvalho, Gabriel Tuma Faccin e João Curi

Formada em 2012, a banda santista “Surra” sempre buscou espaço entre os grandes nomes do “thrash punk” nacional. O grupo, composto por Victor Miranda (Bateria), Guilherme Elias (Baixo) e Leo (Guitarra e Voz), é hoje um dos maiores expoentes do cenário underground da maior cidade litorânea do estado de São Paulo.



© Reprodução/Instagram/@surthrashpunk

Da esquerda para a direita: Victor Miranda; Leo Mesquita e Guilherme Elias

Em entrevista ao **Contraponto**, Victor relatou um pouco do início da banda, da história de Santos e dos desafios enfrentados tanto com os obstáculos promovidos pelo poder público e pela gentrificação da cidade, quanto com a produção de discos independentes e a impossibilidade de se viver somente de música no Brasil.

Desde o primeiro lançamento, “Bica na Cara”, até o recém-lançado “Ninho de Rato”, muita coisa mudou – desde a mixagem dos discos até a criação das letras. Entretanto, a crítica social parece fundamental na criação da banda. Tanto “Merenda”, segunda faixa do álbum de estreia, quanto os 10 minutos de duração do projeto mais recente, trazem uma sensação de desconforto ao ouvinte, enquanto propõem uma mudança, não sendo apenas uma crítica vazia.

A decadência do cenário do rock em Santos

A Baixada Santista, conhecida por ser a casa do hardcore e do punk rock no Brasil, já não ferve mais como nas décadas de 1980 e 1990. O cenário do rock perdeu força na “Califórnia Brasileira” – como fora apelidada em documentário homônimo, dirigido por Wladimir Cruz e Rodiney Assunção – e sentiu os efeitos colaterais da especulação imobiliária. “Eu era só uma

criança, mas me lembro bem de quando essas torres gigantescas e comércios caros invadiram aqui”, desabafa a banda Surra, em um trecho da faixa “Viver Em Santos”.

Essa situação é explicada pelo demógrafo Luiz Antonio Farias, que aponta o ritmo acelerado de produção do ambiente construído nas cidades como reflexo do ciclo de crescimento econômico vivenciado nos anos 2000.

Para ele, além do alto preço do solo urbano, a legislação urbanística de cunho elitista e a falta de espaço para novas construções também são descritas como fatores do êxodo das áreas centrais às zonas periféricas. De acordo com Farias, até as áreas mais recuadas da praia em Santos passaram a ser valorizadas, reduzindo as opções de residência aos grupos sociais de menor poder aquisitivo.

Não foi apenas o espaço urbano que sofreu mudanças. O cenário musical da cidade – que já introduziu bandas como Vulcano (uma das principais do gênero Death metal), White Frogs e Charlie Brown Jr. – hoje respira por aparelhos, deixando para trás uma história marcada pelo alto consumo e produção de rock.

“Nos anos 80, Santos era conhecida por ser uma cidade do rock”, conta Victor Miranda, baterista da banda punk Surra. “Na época do Carnaval, o pessoal que queria fugir e ouvir rock ia pra Santos, só que eu não estava nem vivo quando isso aconteceu. Nos anos 90 o pessoal começou a trabalhar em gravadora e levar mais bandas para Santos, era como se fosse uma parada obrigatória de shows. Tudo quanto é banda que vinha dos Estados Unidos, da Europa, de punk, hardcore, até metal, iam fazer show em Santos e com certeza ia ser um dos melhores shows da turnê porque cidade menor, lugar menor, você vai ver o cara ali na tua frente, suando ali”.

Os desafios da produção fonográfica, no cenário independente

Não amparada por rótulos ou por propostas definidas, a Banda Surra, que está prestes a completar 10 anos de carreira, fala sobre a dificuldade de viver da música independente no Brasil durante a pandemia.

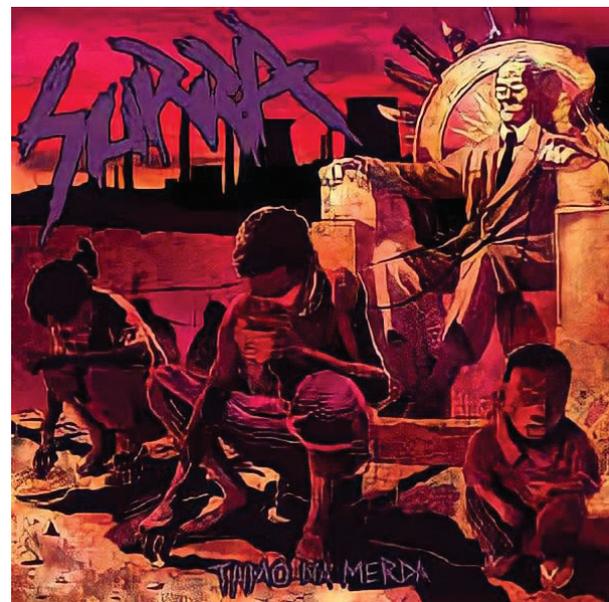
Apesar das dificuldades em comum entre bandas independentes, desde as complicações

produtivas, até os obstáculos de espaço para eventos que não dão visibilidade ao autoral, o conjunto demonstra que possui um público fiel e que, mesmo em meio ao cenário atual de pandemia, conseguem custear seus trabalhos remotos.

Victor Miranda relata que houve receio entre os integrantes durante o início da pandemia, mas que a banda se mantém com as vendas de camisetas, CDs e bonés, demonstrando a fidelidade do seu público. Os custos integrais do conjunto são financiados pelo lucro dessas vendas, além do ganho com as plataformas de streaming que, apesar de irrisório, contribui para a manutenção do grupo.

A situação atual para bandas independentes no Brasil já acumula impedimentos desde antes da pandemia, que apenas agravou ainda mais os esforços conjuntos que os grupos enfrentam para manterem-se no cenário musical.

Miranda dá algumas dicas para novas bandas que procuram inserção e manutenção no cenário. Ao ser questionado a respeito do assunto, ele afirma: “Não faça cover. Faça suas próprias músicas e faça o máximo de música possível e vá lançando isso. Não fica sentado em cima do material pensando ‘não, um dia eu vou pegar tudo isso aqui e lançar a maior obra-prima de 45 músicas’, NÃO! Vai fazendo, vai lançando, porque hoje em dia as pessoas esquecem muito rápido das coisas, é um fluxo de informação muito absurdo. Então, você tem que tá lançando coisa o tempo inteiro para as pessoas lembrarem de você e, quanto mais música você compõe, quanto mais você se grava, mais você canta e tudo o mais, mais você aprende sobre aquilo que você tá fazendo”.



Capa do álbum “tamo na merda” (2016)

© Reprodução

Scarlett Johansson x Disney: entenda o caso e seus desdobramentos

Protagonista de *Viúva Negra* processa estúdio por lançamento simultâneo no streaming e no cinema

Por Bruna Zanella Caramelo Damin, Clara Maia de Castro Ribeiro e Larissa Soler e Silva

Scarlett Johansson, uma das atrizes mais bem pagas de Hollywood, está processando a Disney por causa de *Viúva Negra*, filme que conta a história de Natasha Romanoff, heroína da Marvel. A atriz alegou que houve quebra de contrato quando o estúdio decidiu lançar o longa simultaneamente nos cinemas e no Disney Plus através do Premier Access, custando R\$69,90 reais adicionais no streaming.

A estreia de *Viúva Negra* foi diversas vezes adiada devido à pandemia da COVID-19, finalmente ocorrendo em junho de 2021. A obra dividiu a crítica. “*Viúva Negra* chega em 2021 já ultrapassado” anuncia o site de entretenimento Omelete, que acrescenta: “talvez seja a hora de deixar para trás personagens que infelizmente não tiveram sua chance e desenvolver com mais cuidado novas narrativas femininas.” O site AdoroCinema discorda: “uma combinação poderosa e que deixa uma boa despedida para a *Viúva Negra*”.

Apesar das opiniões mistas, o filme não rendeu o esperado, tendo a maior queda de bilheteria da Marvel na segunda semana, 67%, de acordo com o Omelete. A heroína arrecadou R\$ 309 milhões somente no Disney Plus no primeiro final de semana.

Assim que as informações de que Johansson iria processar a Disney foram veiculadas, o estúdio declarou em nota ao *The New York Times* que a ação judicial “é especialmente triste e angustiante em seu desrespeito implacável aos terríveis e prolongados efeitos globais da pandemia da COVID-19”. A empresa ainda afirmou que cumpriu totalmente seu contrato com a atriz e que o lançamento no Premier Access “melhorou significativamente sua capacidade de ter ganhos adicionais em cima dos US\$ 20 milhões que ela já recebeu”.

Bryan Lourd, um dos chefes da agência CAA, que representa a atriz, respondeu às declarações dizendo que elas são falsas e “tentam fazê-la parecer alguém que eles e eu sabemos que ela não é”. Lourd acrescenta que a inclusão do salário de sua cliente na nota para a imprensa é “uma tentativa [da Disney] de constrangê-la com o seu sucesso como artista e mulher de negócio” e afirmou que houve quebra de contrato por parte do estúdio ao moverem todos os lucros do filme para o streaming “deixando os seus parceiros artísticos e financeiros fora da equação”.

A resposta do conglomerado também gerou repercussões em organizações conhecidas por defenderem os direitos das mulheres em Hollywood. Women in Film, ReFrame e Time’s Up lançaram nota conjunta criticando a atitude do estúdio de “caracterizar Johansson como insensível ou egoísta por defender seus direitos contratuais”, incriminando-os por reforçar um estereótipo sexista.

“Este ataque machista não tem lugar em uma disputa de negócios e contribui para um ambiente no qual mulheres e meninas são vistas como menos capazes do que os homens de proteger seus próprios interesses sem serem criticadas”.

Colegas de Johansson em produções Marvel comentaram o caso. Em entrevista para a revista *Vanity Fair*, a atriz Elizabeth Olsen, conhecida pela personagem Wanda, apoiou a colega. “Eu a acho tão durona e quando vi a história pensei: bom pra você, Scarlett”.

Olsen ainda completou falando da questão dos lançamentos simultâneos no streaming e no cinema e sobre a perda de espaço de filmes de menor expressão. “Estou preocupada com a possibilidade de pequenos filmes terem a oportunidade de serem vistos nos cinemas. Isso já era uma coisa pré-COVID. Gosto de ir ao cinema e não quero necessariamente ver apenas um candidato ao Oscar ou um blockbuster. Eu gostaria de ver filmes de arte e teatros de arte”.

No Twitter, Dave Batista, intérprete de Drax, compartilhou uma notícia sobre o caso ironizando o processo. “Eu disse que deveriam ter feito um filme do Drax, mas não”. Nas respostas ao tweet do ator, diversos fãs criticaram a postagem e questionaram se o mesmo não está do lado de Johansson. Kevin Feige, presidente da Marvel Studios, também se pronunciou durante o lançamento de *Shang-Chi*, expressando seu apoio a “soluções amigáveis”.

Os desdobramentos do caso ainda estão em andamento. Entretanto, algumas ações já foram tomadas. Como consequência das polêmicas, a personagem “*Viúva Negra*” morreu no universo cinematográfico e tudo indica que seu papel será substituído pela atriz Florence Pugh, que será a protagonista da nova era de filmes como irmã da antiga heroína. O contrato de Johansson com a Disney também está chegando ao fim, e não há indícios de renovação.

Emma Stone, que estrelou o filme “*Cruella*”, também estava sendo apontada

como autora de um possível processo contra a Disney por quebra de contrato. Entretanto, a atriz usou a situação de sua colega como modelo para suas ações. Vendo a imagem da antiga “*Viúva Negra*” sendo manchada na imprensa, Stone preferiu fechar um contrato de protagonista para uma sequência de “*Cruella*”.

Patrick Whitesell, agente chefe da carreira de Emma Stone, falou sobre a confirmação de *Cruella 2*. “Este acordo demonstra que pode haver um caminho justo que proteja os artistas e alinhe os interesses dos estúdios. Temos orgulho de trabalhar ao lado de Emma e Disney e agradecemos a disposição do estúdio em reconhecer suas contribuições como parceira criativa. Esperamos que isso abra as portas para que mais membros da comunidade criativa participem do sucesso de novas plataformas”.



Invisível

Por Barbara Vitória Barbosa Ferreira

DIA APÓS DIA: dores intensas, inflamações e inchaços por todo o corpo. Uma batalha desde a hora que acorda, até a hora de dormir. Cotidianamente tendo que lidar com as dores para continuar trabalhando, e culpando a coluna por ser a responsável por causá-las; sentindo-se exausta e, muitas vezes, incapacitada e insuficiente.

“Aquilo sempre me incomodou e nunca descobri o porquê de sentir tanta dor”. Ao passo que as dores aumentavam, a bateria de exames era executada e o diagnóstico foi feito: Lúpus. Apesar do nome tão inofensivo, é uma doença crônica autoimune, na qual as células do corpo, que o protegem de outras doenças, se reproduzem numa quantidade infinitamente maior do que a necessária e começam a atacar a si mesmas, transformando os anticorpos em uma doença com direito a tratamento, mas sem possibilidade de cura.

“Essa madrugada acordei com tanta dor que não consegui mais dormir”. Uma frase tão corriqueira dita por Maria, da periferia de Ferraz de Vasconcelos, São Paulo. Dor intensa, dor que não cessa, dor que intensifica o sofrimento. Tão pesada, mas que, ao mesmo tempo, não aumenta sequer uma grama do seu corpo. O peso era exaustão.

As dores se tornaram piores com o tempo. Uma queimação que simulava a destruição da carne das costas; uma dor que vinha da unha do pé à ponta do último fio de cabelo. “A coluna doía, a cabeça latejava e a mão inchava direto! Foi a partir daí que eu realmente fiquei preocupada. Tinha dia que não conseguia trabalhar...”

Atuar como diarista na casa de uma médica foi o caminho para a descoberta da doença:

— Os leucócitos estão muito baixos - disse a patroa.

Aquela linguagem difícil, depois de apurar o resultado dos exames feitos, não era nem um pouco compreensível, mas o encaminhamento para a execução de outros testes, a fim de descobrir a raiz dos problemas, foi feito imediatamente. Mais de 2 mil reais em exames. Aquilo fazia diferença no fim do mês... A maior preocupação aos 46 anos de idade era, sim, sustentar a casa, mesmo não tendo condições físicas para esse esforço. “Como vou pagar o cartão final do mês? Como vou dar conta da faxina pesada de terça-feira?”

Com tratamento, é necessário diminuir a carga de trabalho. “Diminuindo meus dias de trabalho, minha renda diminui também.” Maria se desesperou quando obteve o diagnóstico. Mesmo não sabendo direito o que viria pela frente, já sabia que era uma doença “das bravas” e que não seria fácil enfrentá-la.

“Alguns médicos dizem que toda dor que eu sinto é sintoma da fibromialgia, que eu também descobri recentemente. Já outros dizem que é o lúpus se escondendo atrás de alguma dor do meu corpo”. Maria se identificou com o relato de Lady Gaga no documentário “Gaga: Five Foot Two” (2017), e com Selena Gomez: a primeira falou sobre os sintomas da fibromialgia durante as gravações; e a segunda revelou o Lúpus em 2015.



Lúpus

© Reprodução

“Assim que descobri o Lúpus, minha filha falou que a cantora Selena Gomez também tem. Depois minha amiga me recomendou assistir o documentário da Lady Gaga, que mostra (em determinado trecho) como a cantora convive com os sintomas da fibromialgia. Então né, não sou só eu que sinto essas coisas”.

As últimas semanas foram as piores. Maria acordou de madrugada passando mal, crente de que estava tendo um AVC. “O corpo queimava, os dedos formigavam e não se mexiam. Fiquei aérea, perdi a noção de onde estava. As dores se intensificaram muito e eu fui parar no pronto socorro. Fui medicada e trabalhei no dia seguinte”.

Ao passo que as preocupações e dores aumentavam, a ansiedade batia à porta de Maria; e olha só, a mesma que anteriormente lhe causara a doença. As preocupações, que ao longo de sua vida sempre lhe afligiam, não cessaram nem mesmo depois da descoberta da doença. A preocupação com o amanhã sempre foi mais importante do que cuidar daquelas primeiras dores que acarretaram a enfermidade do presente. *Quem batalha muito, sempre alcança algo bom, não?* A preocupação, estresse e ansiedade desenvolveram a doença de Maria.

“Sempre quis fazer um curso superior, sabe? Gerontologia ou fisioterapia. Adoro as duas áreas. Tô tentando passar no Enem desde o ano passado, mas seria esse ano que eu realmente ia focar num cursinho. Agora que veio essa doença, como vou conseguir passar? Vou ter que focar no tratamento e esquecer esse negócio de faculdade por enquanto.”

Quarenta e seis anos, duas filhas. Responsabilidades de uma mãe tendo que sustentar uma casa inteira... Duas vidas inteiras, sem nem mesmo saber se conseguirá pôr os pés no chão no dia seguinte. Como ter acesso ao tratamento? Como conseguir conciliar o trabalho com o tratamento? “Na verdade, o correto seria eu nem trabalhar, para cuidar de mim; mas eu nem penso nessa opção, não tem como...”

O tratamento é para a vida toda. “Recebendo o apoio das pessoas é melhor, né? Tanta gente por aí que enfrenta tudo isso sozinho. Eu acho que eu não daria conta. Tem que ter muita garra para conseguir cuidar até o final. Eu quero fazer o tratamento pra continuar firme e forte nos meus sonhos. Fazer uma faculdade, abrir meu consultório de estética, ir pra uma área de aromaterapia... é dessas coisas que eu gosto. Pretendo fazer muita coisa ainda...”

Sem cura, o procedimento para agir contra o Lúpus é vitalício.

Que comece o tratamento contra a doença que ninguém vê, mas que grita a todo instante para o corpo de quem a carrega ouvir... completamente invisível.



Criança não criança

Por Jessica Midori

Às vezes me pergunto qual o meu propósito nesse mundo?
Por que estou aqui? O que fiz para estar aqui?
Não pedi a ninguém essa vida que vivo
Enfrento uma batalha diferente de domingo a domingo
Meu esforço parece não me levar a nenhum lugar
E dizem que nunca vou conquistar nada vindo do meu lar

Minha rotina não muda, 12 anos de vida trabalhando na rua
Já foram tantos os “nãos” que ouvi em minha vida
Que chego a pensar que para mim só há uma saída
Mas não desisto, estudo e sigo adiante
Mesmo sendo difícil acordar para mais um dia agonizante
Nessa rotina constante batalho até por uma nota de 2 reais
Pelo medo maior de acabar como os meus pais

Protegido nunca me sinto
Aqui o medo constante é estar sendo perseguido
Maninho já foi embora, 1 disparo e ele caiu bem aqui fora
Nossa vida em risco na mídia passa despercebida
Mas ainda esperamos que nos ajudem a achar uma saída
Ou serei apenas mais uma vítima de bala perdida?
Dizem que é dever deles nos proteger
Então, por que são eles que estão nos deixando morrer?

Lazer pra gente é diferente
Não sei jogar bola nem brincar de carrinho
Papai diz que na família não há lugar para menininho
Brincar de tiro na rocinha faz parte da infância
E ai de mim discordar e dizer que só quero ser criança

Apesar de tudo mantenho meu foco
Espero acabar meus estudos e sair dessa vida logo
Quem me dera em uma vida sem oportunidades
Conseguir aquela que irá mudar
Se ao menos nossa escola conseguisse ensinar

Sentado em uma cadeira começo a pensar
Quem me dera se a minha vida pudesse mudar
A fé é tudo que eu tenho
Mas meu destino está nas mãos do governo

A vida nessa sociedade cruel pode ser fatal
Meu fim pode acabar bem ou mal
Mas posso garantir que será fruto de uma falha estatal.

Nota: Ser Mulher

Por Patrícia Mamede

É como levar um tiro no braço e não poder gritar
Por medo de atrapalhar o sono do outro
É caminhar pelas ruas sentindo-se intrusa no próprio mundo
Ser mulher é trabalho terceirizado: a base de tudo, sem lucro nem nada
É socorrer todo mundo e ter que silenciar o próprio grito
Ser mulher é silêncio
É quieto
Se for barulho, é morte
Ser mulher não é escolha
Não é castigo
Ser mulher é sobre aniquilar os próprios sonhos e direitos
Por medo ou por imposição
Ser mulher é almejar a liberdade na mesma proporção que a amedronta
Ser mulher é medir palavras
E eu já falei demais

Supermães: atletas de dupla jornada

Os relatos de mulheres que se dividem entre a maternidade e o esporte

Por Beatriz Loss, Fernanda Fernandes, Giovana Yamaki e Sofia Luppi

“Você faz excelentes resultados ao longo da sua vida, passa 15 anos entre as melhores do mundo, engravida entre as dez primeiras atletas ranqueadas do mundo e um regulamento pode te inibir a querer desenvolver o papel mais lindo e poderoso que existe, que é gerar uma vida”, postou Maria Elisa Antonelli, jogadora de vôlei de praia, em seu Instagram, sobre a maternidade na vida das atletas.

Ser mãe já é um desafio e tanto, porém ser mãe e atleta pode ser um pouco mais complicado. A maternidade traz muitas mudanças aos corpos das mulheres, principalmente por questões hormonais, mas também pela pausa na carreira, que é necessária. Além disso, a falta de apoio que algumas atletas recebem dificulta ainda mais essa jornada.

Nas olimpíadas deste ano, estive em destaque o caso de Allyson Felix, corredora estadunidense e maior medalhista da história do atletismo olímpico, que se tornou mãe em 2018 e, por conta disso, perdeu o apoio de sua maior patrocinadora. A atleta estava negociando um novo contrato com a Nike. Após o anúncio da gravidez, a marca diminuiu a proposta em 70%.

Para esta reportagem, Fernanda Oliveira, da equipe brasileira de vela; Mônica Santos, esgrimista paraolímpica; e Juliana Veloso, atleta de saltos ornamentais, foram entrevistadas pelo **Contraponto**. As três mães atletas contaram um pouco de suas trajetórias no esporte antes e depois da maternidade e como foi esse caminho.

Fernanda Oliveira Horn

A primeira medalhista olímpica de vela feminina brasileira, Fernanda Oliveira Horn, sempre mostrou sua vontade de ser mãe. A atleta contou que um dos fatores principais para que conseguisse experimentar a maternidade enquanto continuava a competir foi a compreensão da sua equipe e o apoio de pessoas próximas e de seu marido.

As duas gravidezes foram planejadas de acordo com o ciclo olímpico (vale destacar que Fernanda chegou a competir grávida). “Eu continuei tentando velejar o máximo de tempo que consegui grávida, mas muito para não perder a sensibilidade do barco”, declarou Horn.

A mãe de Roberta e Arthur ainda ressaltou que é uma nova experiência, uma vez que a performance e a concentração acabam mudando. O retorno da atleta também foi diferente: ela quase não teve

tempo para apreciar os primeiros dias da maternidade. Fernanda comentou: “Depois que as crianças nasceram, com 40 dias eu tentei voltar aos poucos. Levava eles para perto do clube, treinava um pouco e voltava”.

O fato de uma atleta parar para se tornar mãe e logo voltar para o esporte não é comum. Horn relatou que não queria que as pessoas descreditassem nela, que ela iria voltar para os barcos. “O receio de perder apoio sempre *teve* presente. Isso é difícil na vida da mulher atleta, acaba acontecendo de gente desistir do esporte, ou não tendo filho”.

Mônica da Silva Santos

Mônica Santos, primeira brasileira a ganhar medalha de ouro em uma competição internacional de esgrima em cadeira de rodas, engravidou aos 19 anos. No segundo mês de sua esperada gestação, Mônica descobriu um angioma medular. Para realizar a operação, foi recomendado pelos médicos que a gravidez fosse interrompida. O angioma poderia lhe deixar tetraplégica, além da chance de causar hemorragia. No entanto, a gaúcha decidiu realizar o procedimento após ter a bebê em seus braços. A escolha lhe rendeu a perda de movimentos das pernas, mas lhe presenteou com o nascimento de sua filha, Paolla.

Somente depois de se tornar paraplégica que a esgrima passou a fazer parte de sua vida. Ela não teve a dualidade de engravidar e ser atleta ao mesmo tempo, mas acredita que não teria sido um impasse, pois seria possível conciliar com planejamento.

Muitas atletas perdem oportunidades no esporte por serem mães, mas



A atleta Paralímpica Mônica Santos com sua filha Paolla de 12 anos

esse não foi o caso da gaúcha. “Porém, já ouvi de um técnico da seleção que não seria qualquer coisinha (ser mãe e ter mais de 30 anos) que me faria deixar de representar o Brasil. Eu não estava lá por qualquer coisa e sim, porque tenho ranking”, comentou. Logo depois, ela quebrou o fêmur e, com 28 dias, foi competir em um Campeonato Brasileiro, onde se tornou pentacampeã.

‘Monstrinha’ acabou de competir nas Paralimpíadas de Tóquio, ficando longe de sua filha, sua fonte de alegria. “Acredito que ela veja essa minha relação com o esporte como: ‘a minha mãe tem um sonho e corre atrás dele’. Todos nós somos exemplo para alguém”, finaliza a esgrimista.

Juliana Veloso

A atleta brasileira de saltos ornamentais, Juliana Veloso, hoje é mãe do Pedro e do Tiago, e se orgulha muito de sua trajetória. A carioca relata que depois de ser mãe pensava que não voltaria mais para as competições. Contudo, pensando em melhorar sua saúde e pelo amor ao esporte, voltou a treinar.

Embora achasse que não chegaria ao mesmo nível de rendimento das atletas mais jovens, venceu o Campeonato Brasileiro e se classificou para muitos outros. O que a motivou a continuar foi sua vontade de ver sua família torcendo na arquibancada.

Segundo a entrevistada, durante a sua primeira gravidez sofreu muitas consequências por parte de sua equipe. “Eu tinha um plano de saúde e ele foi cancelado pela CBDA [Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos] quando eu estava com, aproximadamente, sete meses. A confederação nunca me ajudou”. Ela também conta que ficou anos sem receber salário.

Ademais, o machismo ficou escancarado quando ela contou sobre um caso que teve conhecimento, no qual um atleta que deixou de competir por doping, e ficou sem participar das competições por mais tempo que ela, continuou recebendo salário normalmente.

A mãe dos meninos diz que era considerada velha e gorda, e não tinha reconhecimento pelos técnicos. Ao ser perguntada sobre como lidava com os comentários recebidos, respondeu: “Nunca me importei com as críticas, me importava com a falta de respeito e consideração com resultado de atleta”.

Por fim, Juliana deixa uma mensagem às atletas que querem se tornar mães: “Um sonho não pode cancelar o outro. O importante é você encarar a situação com clareza, sem desespero”.

Divina, Maria, Lella: As pilotas mulheres na história da Fórmula 1

Quem são as mulheres corredoras? Apesar de invisibilizada, a história feminina no esporte resiste

Por Isabel Bartolomeu, Mayara Neudl e Sabrina Legramandi

A origem do maior campeonato automobilístico do mundo é incerta. No final do século XIX, as primeiras corridas de carros aconteciam em estradas da Europa, já que os circuitos ainda eram inexistentes.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Federação Internacional de Automobilismo resolveu elaborar um campeonato que reunia os principais Grandes Prêmios da Europa. Nascia oficialmente, em 1950, a Fórmula 1.

Muitos nomes conhecidos dominam os principais pódios da competição. Com mais vitórias, aparecem os pilotos Michael Schumacher, Lewis Hamilton, Sebastian Vettel, Alain Prost e Ayrton Senna. Porém, dentre esses nomes, ou até dentre os que ostentam colocações mais baixas, é praticamente impossível encontrar o nome de alguma mulher.

A história feminina na Fórmula 1 é curta e pontual. Nas últimas décadas, várias já testaram para diversas equipes, como Katherine Legge, em 2005, Carmen Jordá, em 2015, e Tatiana Calderón, que ainda está em programas de desenvolvimento.

A piloto mais famosa da atualidade é Susie Wolff. Em 2015, porém, ela decidiu se aposentar. Para ela, seu sonho de pilotar permanentemente um carro de Fórmula 1 estava fora de alcance. Esse sentimento de Susie é justificável: em todos esses anos, apenas cinco mulheres chegaram a competir:

Maria Teresa de Filippis (1926 - 2016): a italiana, nascida em Nápoles, iniciou sua jornada no esporte automobilístico aos 22 anos e foi a primeira mulher a participar da F1. Em 1958, passou a atuar como piloto de time na equipe. Nesse mesmo ano, foi impedida de correr em uma das etapas apenas por ser mulher. O diretor de provas, na época, Toto Roche, alegou que Filippis, sendo uma jovem tão bonita, deveria usar apenas os capacetes dos salões de beleza.

Maria Teresa
de Filippis
em seu carro
automobilístico



© Reprodução/Flickr

Lella Lombardi (1941 - 1992): nascida em Frugarolo, na Itália, Maria Grazia Lombardi ingressou na Fórmula 1 em 1974. Anteriormente, já havia participado de corridas nas categorias de turismo, Fórmula Ford e Fórmula 3. Em 1975, ao participar da corrida no circuito de Montjuich, do Grande Prêmio da Espanha, Lombardi tornou-se a única mulher a ter pontuado na F1.

Divina Galica (1944): a britânica, nascida em Bushey Heath, iniciou sua carreira esportiva na área do atletismo, participando dos Jogos Olímpicos de 1964, 68 e 72. Em 1976, durante o Grande Prêmio da Inglaterra, Divina participou pela primeira vez da Fórmula 1. Apesar de não ter se classificado, no ano seguinte, participou de sua primeira corrida pela F1 na Corrida dos Campeões. Nos anos 2000, antes de se aposentar das pistas, integrou a equipe da American Le Mans Series.

Desiré Wilson (1953): nascida em Brakpan, a sul-africana iniciou sua carreira automobilística em 1972, participando da Fórmula Vee e da Fórmula Ford. Em 1980, ao pilotar no Campeonato Britânico de F1, venceu a etapa de Brands Hatch e tornou-se a única mulher a ganhar uma corrida na competição.

Giovanna Amati (1959): nascida em Roma, a italiana desenvolveu a paixão pelos carros e motores na infância. Antes de ingressar na Fórmula 1, competiu nas modalidades da Fórmula Fiat, Ford, 3 e 3000. Em 1992, foi convidada para correr pela Brabham. Na época, Amati não se classificou em nenhuma das corridas em que participou.

W Series, a categoria criada apenas para mulheres

Em 2018, foi criada uma categoria do mesmo nível da Fórmula 3 e direcionada apenas às competidoras femininas: a W Series. Antes de 2021, ela havia tido apenas um campeonato, por conta da pandemia do novo coronavírus, mas, atualmente, as pilotas estão novamente em disputa.

A criação da W Series surgiu sob a justificativa de “impulsionar a inserção feminina no automobilismo” e de levar mais mulheres à Fórmula 1. Ela garante às oito primeiras colocadas até 15 pontos para a obtenção da “Superlicença”, documento necessário para pilotar um carro no maior campeonato automobilístico do mundo.

Porém, no início, foi questionado se a criação da W Series não seria apenas mais uma forma de continuar segregando as mulheres. Afinal, em 2019, Helmut Marko, consultor da equipe RBR, comentou sobre a criação da categoria: “a Fórmula 1 é muito física para as mulheres”.

Em entrevista ao **Contraponto**, a jornalista Nathalia de Vivo, criadora do canal no Youtube “Elas na Pista”, pontuou sobre o fato de, ao falarmos sobre a presença das mulheres no esporte, haver a necessidade de apontar como “liga feminina”, enquanto quando se tratando dos homens, é apenas “liga”.

Além disso, a categoria W Series tem se apresentado como uma porta de entrada e lugar de visibilidade para corredora: “temos visto grandes nomes se destacarem, como a Irina Sidorkova e a Nerea Martí, por exemplo. Já Beitske Visser e a própria Jamie Chadwick são grandes exemplos de pilotas que conseguiram ir mais longe por causa da categoria”.

No âmbito da cobertura jornalística, há a lamentável falta de comentaristas e narradoras. Contudo, nomes notáveis e inspiradores para as garotas é o que não falta. “E eu acho que isso vai incentivando cada vez mais mudanças, porque as meninas começam a ver que também conseguem chegar lá”. Hoje, ter a Mari Becker, Nicki Shields, Renatinha Diniz, Letícia Datena sendo os rostos de categorias daqui do Brasil e fora, de canais de televisão, mostra que há uma mudança, apesar de muito ainda precisar ser feito”.

Apesar disso, a jornalista se mostra otimista, acredita que em breve as mulheres irão participar novamente da F1, e faz seus palpites: “No ano que vem teremos Jamie Chadwick, pelo menos andando em treinos livres, e se fosse para apostar na próxima piloto seria a Maya Weug. Ela mostrou ser muito boa e está agora com a Ferrari”.

E não para por aí, afinal, o automobilismo vai muito além da Fórmula 1 e Nathalia faz questão de ressaltar isso: “Temos grandes exemplos no rali, com a Laia Sanz e Michèle Mouton; na Indy com a Lyn St James, Katherine Legge, Janet Guthrie, e Danica Patrick (essa última também na Nascar). Elas foram as que abriram portas para as mulheres no esporte a motor, e é incrível o que fizeram”.

O uniforme esportivo como forma de sexualizar os corpos femininos

Após uma edição das Olimpíadas marcada pela presença ativa de mulheres, a discussão sobre a exposição dos corpos das atletas volta a pautar o esporte

Por Laura Melo, Laura Augusta, Nathalia Teixeira, Giovanna Crescitelli e Kiara Elias

Das quadras esportivas às fabricas de tecido, a mudança ao longo dos anos nos uniformes das atletas reflete o comportamento de gerações que passaram da criminalização da sexualidade feminina para a monetização dos corpos das mulheres. As atletas vivem na pele um paradoxo: quanto mais expostos os seus corpos ficam, mais atrativos os esportes se tornam, porém, menos valor é dado para o esforço das conquistas das mulheres como sportistas.

A questão, que vem sendo debatida há décadas, ganhou os holofotes nas Olimpíadas de Tóquio 2020, quando a equipe alemã de ginástica olímpica protestou contra o machismo na escolha de seus uniformes, o que gerou grande repercussão. A disputa das mulheres no esporte pela escolha do próprio uniforme faz parte da luta contra o machismo enraizado na sociedade.

História das mulheres no esporte

Em nossa sociedade patriarcal, dita-se como a mulher deve se portar dentro da comunidade e, conseqüentemente, dentro dos ginásios, quadras e piscinas. Por isso, a presença feminina no mundo esportivo é tardia em relação à masculina. O acesso e o direito à prática esportiva foram adquiridos pelas mulheres durante o século passado. Apenas nos jogos de Londres, em 2012, as mulheres marcaram presença em todas as modalidades.

A mulher no esporte era vista como objeto de contemplação do “belo” para os homens. No século XIX, o olhar conservador deles produziu uniformes esportivos para elas caracterizados por saias e mangas compridas que escondiam o corpo feminino porque, na época, a sensualidade da mulher era malvista.

Em entrevista ao **Contraponto**, a professora e pesquisadora da UNICAMP, Carmen Lúcia Soares, afirma que “a primeira função da roupa para nós, ocidentais, é a de proteção. A roupa nos protege tanto das agressões físicas quanto das mudanças de temperatura, do ambiente físico; também protege do olhar do outro. Portanto, a roupa também tem um caráter normal”. Sobre a roupa esportiva, a pesquisadora completa que sua função básica seria “permitir que a beleza e a eficácia do gesto [esportivo]

tenham o máximo da sua expressão [...] Qualquer outro elemento que agreguemos a ela será um elemento que pode tanto contribuir para uma performance menor quanto para um constrangimento – e é exatamente isso que vai acontecendo com as mulheres ao longo da história”.

Soares ressalta que o machismo nesse meio não é novidade. “O esporte se afirma no século XIX como um território masculino, mas as mulheres sempre brigaram para poder participar [...] Essa briga não foi fácil, ela foi muito dura”. Além da busca por um espaço ativo no esporte, as mulheres sempre estiveram em um lugar marginalizado na tratativa das roupas: “Se a roupa serve como proteção e serve para melhorar a minha performance, então ela não pode me atrapalhar. E o que nós vemos em relação às mulheres? As mulheres jogavam tênis, até 1910, com saias a 10 cm do chão”, ressalta a pesquisadora.

A professora ainda fala sobre os percalços vividos pelas mulheres que disputavam esgrima, estas que tinham que duelar usando saias longas. De acordo com ela, com o avanço dos anos, as problemáticas relacionadas aos uniformes vão se transformando em paralelo com as mudanças da sociedade. A partir do momento em que a sociedade foi mudando suas normas de vestimenta, o esporte também começou a adaptar os regulamentos para os uniformes femininos. De acordo com Soares, “a partir de 1910, as saias na vida cotidiana começam a encurtar, e no tênis também”.

Assim, as vestimentas das atletas passaram de conservadoras, com muitos panos que atrapalhavam a movimentação das sportistas, para erotizadas. Acarretando em uma segunda dimensão do problema: a subjetivação feminina, uma vez que as mulheres se veem expostas dentro de um ambiente de trabalho que, como agravante, é extremamente masculinizado.

Com o passar das décadas, o contexto dominante passou a ser a sexualização dos corpos femininos, que acompanhou uma popularização dos esportes e da mídia. Essas mudanças sociais e o surgimento desse novo ideal de beleza, imposto às mulheres, deram mais liberdade para as roupas, o que refletiu diretamente nos uniformes esportivos, que foram encurtados.

Uniforme do tênis no início do século XX



© Reprodução

A mídia passou a usar a imagem de esportistas femininas com seus uniformes provocativos para dar visibilidade a veículos de comunicação e para fins publicitários, com anúncios com conotação sexual – semelhantemente ao que acontecia com as propagandas de cerveja.

E os uniformes masculinos?

A última edição dos Jogos Olímpicos chamou a atenção dos telespectadores para os ultrapassados trajes femininos. A liberdade dos homens ao escolher seus uniformes é evidente em alguns esportes, segundo a colunista e comentarista do UOL Esporte, Alicia Klein. “No caso da ginástica artística, você vê alguns usando shorts, outros usando calças, fica mais uma opção deles. Até essa edição dos jogos olímpicos, a gente só via as mulheres praticamente de maiô. Eu acho que cada vez mais – o que as pessoas chamam de “uniforme religioso” (que cobre mais o corpo) – vai aparecer para dar liberdade para cada mulher/menina usar o que a deixe mais confortável”.

No caso dos esportes de praia a situação é ainda pior. O uniforme é pequeno e muitas vezes apertado. Atrás das atletas, existem câmeras procurando por ângulos que evidenciam as formas de seu corpo. A exposição pode gerar um desconforto físico, por ser um uniforme sexualizado, e emocional, por causar pressão nas competidoras.

A colunista afirma que não existe justificativa plausível para que exista a obrigatoriedade deste tipo de uniforme, sendo que os modelos das roupas não trazem nenhum benefício esportivo no momento das disputas. Para ela, é muito provável que esse regulamento seja repensado para as próximas competições, principalmente nos esportes de praia, que exigem o uso de biquínis.

Olimpíadas de Tóquio e protestos

As mulheres no esporte foram objetificadas para agradar o olhar masculino e isto ainda não mudou. Existe uma mudança expressiva nas vestimentas das atletas e um aumento no interesse em discutir as questões de gênero que permeiam a questão. Um exemplo é a difusão do discurso de mulheres que, exaustas dessa sexualização, integraram-se ao movimento feminista e denunciaram a problemática e as consequências da escolha masculina sobre suas roupas nas Olimpíadas de Tóquio 2020.

O uniforme esportivo feminino, mesmo com adaptações e aperfeiçoamentos, ainda é completamente desenvolvido para corpos magros, com estaturas médias e na modelagem “baby look”, que realça o busto, a cintura e a silhueta feminina. Thais Alegri, economista, feminista e atleta amadora contou suas dificuldades com os designs das roupas feita para mulheres. De acordo com Alegri, não há preocupação com a individualidade dos corpos. “Muitas vezes já experienciei chegar nos jogos e não ter uma numeração de uniforme minimamente confortável para nós, mulheres, e, com isso, tive que recorrer aos uniformes masculinos para me sentir confortável e desenvolver melhor performance”.

A dificuldade e o desconforto sentidos durante o maior evento esportivo do mundo motivou pela primeira vez, uma equipe de ginástica a escolher o uso do uniforme religioso, que é mais comportado, com mangas e calças compridas, sem ter motivação religiosa. As ginastas da equipe alemã pensaram a ação como protesto contra a sexualização de seus corpos e como repúdio às denúncias de assédio dentro da equipe.

Assim como para Klein, Alegri acredita que as normas envolvendo o uniforme de ginástica devem ser revistas porque parecem ser irrelevantes para a performance esportiva. Inclusive, podem piorar o desempenho. “Um collant cavado é extremamente sensual, não estaria confortável e me sentiria exposta, consequentemente diminuindo meu desenvolvimento na atividade.”

Soares vê com bons olhos protestos como o da equipe alemã. “Essa revolta das mulheres no mundo esportivo, que é muito benéfica, é recente. Essas Olimpíadas, em particular, foram fundamentais para trazer à tona esse debate, um debate subterrâneo que existe há muito tempo, mas que não chega aos fóruns necessários. Como isso aconteceu no âmbito do maior evento esportivo do mundo, isso teve uma repercussão. E palmas às mulheres, aplauso às mulheres e às federações esportivas que as apoiaram”.

A visão e o comportamento do mundo mudaram com a ascensão de movimentos sociais, como o feminista, e é necessário que as imposições às mulheres mudem também. Quantas atletas mais terão de se colocar contra as normas esportivas para que elas sejam revistas?



Equipe de ginastas alemãs faz protesto em Tóquio, 2020

© Reprodução/Mike Blake/Reuters

Uma jornada sobre quatro rodas: a longa manobra de levar o skate ao mundo

O início, a luta e a glória: da proibição à medalha

Por Eduarda Magalhães, Gabriel Yudi, Juca Oliveira, Maria Luiza Costa, Rafaela G. Dionello, Rafaela Reis Serra e Victor Trovão

Era apenas um patinete

O skate vem ganhando espaço no coração do brasileiro por sua estreia como modalidade nos Jogos Olímpicos deste ano. Apesar de parecer um esporte novo, o skateboard surgiu, aproximadamente, no fim dos anos 1800. Ele foi derivado dos antigos patinetes - as pessoas colocavam rodas de patins em pedaços de madeira. Entretanto, o skate só se tornou um instrumento de diversão em meados dos anos 40 e 50, quando deixou de ser somente um meio de transporte precário.

De acordo com o historiador Eduardo Yndyo Tassara - que estuda e pratica o esporte -, uma das primeiras menções de uso do skate é do ano de 1918, de um menino estadunidense chamado Doc Ball. Mas o primeiro registro de fabricação em massa foi em 1959, na Califórnia. Nesse mesmo período, o surf já era bem popular e, com o seu crescimento, as fábricas de pranchas também começaram a produzir skates, o que aumentou o mercado do mesmo.

Com o tempo, o skate teve uma evolução técnica - troca de rodas de ferro ou baquelite para as rodinhas de poliuretano - o que o tornou mais seguro e aumentou sua capacidade de realização de manobras, por serem mais leves. Do mesmo modo, o formato dos *shapes* (base) também mudou, com o aumento das modalidades e suas subdivisões, eles ficam mais estreitos entre os anos 1990 e 2000.

O Brasil teve sua primeira competição oficial de skate em 1974, no Rio de Janeiro. E a primeira pista, não só do Brasil, mas da América Latina, foi construída no fim de 1976, em Nova Iguaçu (RJ). Contudo, a primeira competição feminina só ocorreu no ano de 1995, em São Paulo.

O esporte foi - e ainda - é marginalizado. No ano de 1988, ele foi proibido na cidade de São Paulo, pelo então prefeito, Jânio Quadros, que não queria que skatistas frequentassem o Parque Ibirapuera, local em que a sede da prefeitura funcionava. Com isso, os praticantes fizeram uma manifestação pela liberação da prática do esporte, o que piorou a situação, pois a prefeitura publicou um decreto que ampliava a proibição para toda a cidade.

Uma figura fundamental para o skate no Brasil foi Luiza Erundina, primeira mulher eleita, democraticamente, após a ditadura, na prefeitura de São Paulo. Após a proibição de seu antecessor, Erundina acreditou no skate tanto da região central quanto nas periferias e liberou o esporte de rodinhas.

A decisão da então prefeita teve influência nacional na cena do Skate, como conta Muna Zeyn, membro da assessoria da Luiza Erundina desde à época, para o **Contraponto**.

“Ela revogou esse decreto e a prática tornou-se legal na cidade de São Paulo, que teve repercussão não só aqui, como

no país [todo]. Também, outras administrações estavam na mesma trilha [da proibição].”, relata a assessora.

Segundo Zeyn, a prefeita decretou legal a prática do skate num momento de extrema importância de rompimento de um preconceito, de uma relação autoritária do ex-prefeito da maior cidade do país, com um decreto que criminalizava a atividade do skate no ano de 1988.

Em relação à foto histórica da ex-prefeita em cima do skate e da realidade dos jovens skatistas, Muna conta: “No processo eleitoral que Luiza Erundina participou como candidata a prefeita na cidade de São Paulo, em 88, um jovem jornalista praticante do skate a procurou com um grupo de skatistas e colocaram a realidade de que eles estavam vivendo: de criminalização, perseguição e de abuso em relação a esta atividade. Os jovens que praticavam tanto no centro da cidade quanto na periferia eram presos, encaminhados até a delegacia e seu skate era apreendido.”

Rodrigo Kibça, skatista há 34 anos e *manager* da Vans Brasil, uma das maiores marcas de skate do mundo, reafirma a importância da política praticada pela prefeita: “Hoje em dia a gente é bonito, mas ela olhou para a gente quando éramos feios. Não era uma grande pauta no momento e ela viu que era uma ferramenta para socializar jovens. É muito importante que a política veja assim.”

Os medalhistas Olímpicos do Brasil

Nas Olimpíadas de 2021, o skate iniciou sua trajetória no maior campeonato esportivo do mundo. Dessa maneira, o Brasil conseguiu três medalhas de prata. Os ganhadores são:



Toby Melville/Reuters/Reprodução

Kelvin Hoefler nasceu em Itanhaém, no litoral paulista, e tem 27 anos. O brasileiro foi o primeiro medalhista do país e da história do skate olímpico. O skatista ficou com a medalha de prata e mostrou estar muito focado para conseguir o feito inédito. Kevin atua na modalidade de *skate street*.



Julio Detefon (CBSK)/Reprodução

Rayssa Leal, a Fadinha, nasceu em Imperatriz, no Maranhão, e tem apenas 13 anos. A skatista fez história, foi a mais nova medalhista da história do Brasil. Rayssa mostrou grande personalidade e descontração durante a prova, na qual terminou em 2º lugar, dividindo o pódio com as japonesas Momiji Nishiya e Funa Nakayama. Ela também anda pelo *street*.



Gaspar Nobrega/COB

Pedro Barros nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, e tem 26 anos. O skatista está em outra modalidade que não a de Kevin e Rayssa; ele anda no *skate park*. O atleta conseguiu a medalha de prata e foi o único de sua modalidade a voltar com o pódio garantido para o Brasil.

Três realidades, três sonhos, três histórias, três estrelas de três cantos mais distintos do país, que uniram toda população com a vibração da torcida e despertaram algo que se perdeu há algum tempo: o orgulho de ser brasileiro promovido pelo esporte.

Durante as competições, nunca foi visto um *skate park* tão colorido, seja pelas bandeiras e uniformes ou pelo grande número de skatistas LGBTQIA+. O site OutSports contabilizou cerca de 160 atletas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer e não binários assumidos ao longo da edição olímpica de Tóquio 2020. O número de participantes mais do que duplicou em comparação às edições anteriores Rio de Janeiro e Londres, nas quais ainda não tinham o skate na competição.

O skate como esporte ou antes mesmo de ser formalizado e ser apenas uma prática ou *hobby* sempre foi marginalizado e pensado sobre uma perspectiva geral como “coisa de vagabundo”. Ao longo das últimas quatro décadas, essa visão foi sendo quebrada pelo resultado de muita luta das gerações de skatistas por continuarem praticando numa realidade extremamente hostil e enfrentando diariamente os obstáculos que existiram e ainda estão presentes na legitimação do esporte. “Skate não é crime! A gente era tratado como criminoso por andar de skate”, conta Rodrigo Kbça.

Pelo skate em sua essência sempre ser uma luta e um ato político das periferias, muitas minorias encontraram espaço e se conectaram com o movimento, como a comunidade LGBTQIA+, indivíduos da luta racial e mulheres, que, por meio das quatro rodinhas, conseguiam se expressar e serem abraçados independente de quem eram e de onde vinham.

“Vem para cá, a gente foi marginalizado lá atrás, vamos ficar todo mundo junto e vamos tentar fazer uma coisa diferente. A gente fala muito do skate livre, e que o skate é para todos, então tá na hora de realmente o skate ser para todos”, comenta Rodrigo, pela sua vivência como um homem gay no meio. Esse encontro de pessoas e *shapes* ocasionou a imensa paixão pelo esporte e ganho de força das mais diversas e singulares partes da sociedade, que juntos tornaram o skate no que conhecemos hoje.

A tentativa de traçar um perfil de quem pratica o esporte no momento nunca terá êxito devido à rica diversidade dos atletas. Os dois únicos pré-requisitos para estar no skate podem ser compartilhados em: ser humano, e sempre correr atrás. “Realmente, se você for buscar a história do skate, não tem uma regra. Já vem isso de quebrar uma regra, fazer o que você gosta e se sentir bem. É isso! Não importa se você é branco, negro, amarelo, gay, lésbica, homem, mulher”. comenta o campeão nacional Leo Lima.

O futuro do skate

Diversos são os locais dos praticantes do esporte pela cidade de São Paulo. Praça Roosevelt, Vale do Anhangabaú, Parque da Juventude, Parque Ibirapuera, Escada do Teatro Municipal, Avenida Paulista, Parque da Independência, entre muitos outros. A cidade da garoa é um prato cheio para skatistas iniciantes, amadores e profissionais e praticantes de *longboard*.

É o caso dos estudantes e skatistas Gabriel Samir, 16, e “Will”, 17, que andam de skate há seis e três anos, respectivamente, em diversas partes da cidade; mas o ponto em que mais treinam a modalidade é o Parque da Independência, próximo ao Monumento do Ipiranga, lugar onde diversos jovens socializam e praticam o esporte.

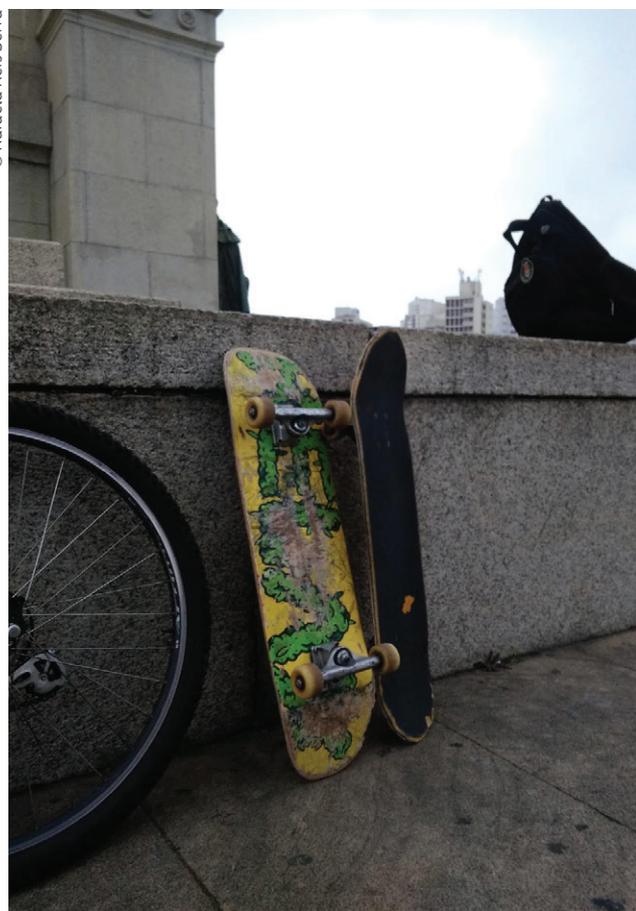
Para os meninos, o skate é um estilo de vida, de todas as formas. “Tudo que você vai pensar, ‘nossa eu vou viajar, será que lá dá para andar de skate? E outra, skate não é só o skate. Quando você tá no skate, você conhece muita gente e todo mundo acaba se conhecendo. ‘Mó’ vivência.”

Sobre a conquista do esporte nos Jogos Olímpicos, os jovens skatistas do Museu do Ipiranga e o Rodrigo Kbça concordam: o skate chegou onde chegou, pelos skatistas mesmo, ninguém nunca apoiou o esporte. “E agora nós ganhamos as Olimpíadas, não é, não?” analisa Gabriel Samir.

Com o fim das Olimpíadas cabe a questão se o skate realmente virá a ser respeitado e valorizado no Brasil, ou se foi somente algo de momento. Os atletas que representaram o país em Tóquio na modalidade buscaram sempre chamar atenção para falta de investimento e apoio que o esporte tem nas terras brasileiras em comparação aos nossos adversários na pista, o que engrandece mais ainda o feito dos medalhistas.

Das pequenas pistas às medalhas de prata, o Skate se tornou mais um esporte que dá perspectiva a jovens brasileiros. É impressionante o tamanho da coletividade

© Rafaela Reis Serra



Skates de Gabriel Samir e Will no Monumento à Independência

presente neste esporte individual, a esperança é a partir desta competição que o mundo parou para assistir, a nação olhe para o esporte com mais carinho e consideração.

“Eu acho que as pessoas têm que entender que o skate tem que começar como uma ferramenta de diversão e socialização. Apesar de ser algo de prática individual, o skate pra mim funcionou como aprendizado de socialização, até para entender o próximo.”, finaliza Rodrigo Kbça.



Gabriel Samir em manobra no Monumento do Ipiranga

© Rafaela Reis Serra

Jogos Paralímpicos de Tóquio e a luta por visibilidade e inclusão

As conquistas já alcançadas pelos paratletas são fundamentais; contudo, a busca por representatividade e garantia de direitos ainda é urgente



© Athit Parawongmetha/Reuters

Abertura dos Jogos
Paralímpicos de
Tóquio 2020

Por Enrico Souto, Giulia Moreira Aguilera e Ricardo Dias de Oliveira Filho

A 16ª edição dos Jogos Paralímpicos teve início no dia 24 de agosto em Tóquio, capital sede do evento. Originalmente, as competições estavam programadas para ocorrerem entre os dias 25 de agosto e 6 de setembro de 2020. Porém, com o avanço da pandemia do COVID-19, o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o comitê local decidiram adiar as competições esportivas para o ano seguinte. Mesmo ocorrendo após o programado, a organização optou por manter a nomenclatura oficial com a data de 2020.

Com um total de 19 medalhas nas Paralimpíadas do Rio 2016, a comissão esportiva brasileira chegou a Tóquio com a missão de manter-se entre as dez principais potências do mundo novamente. O Brasil, que participa na maior parte das modalidades paralímpicas, competiu com a maior delegação em Jogos Paralímpicos fora do país-sede, incluindo atletas-guia, calheiros, goleiros e timoneiros.

As Paralimpíadas tiveram início após a Segunda Guerra Mundial, quando soldados voltaram mutilados ao seu país de origem. Sendo uma forma de ressocialização e inclusão para pessoas com deficiência, a história dos Jogos Paralímpicos tem ligação direta com o neurologista Ludwig Guttmann, que começou a utilizar a prática de esportes como um método de reabilitação para seus pacientes que sofreram lesões na coluna.

Após o sucesso e bom desempenho dos pacientes durante esse processo, o Guttmann organizou, em julho de 1948, no Stoke Mandeville Hospital (Inglaterra), a primeira competição esportiva em

cadeiras de rodas. Nesses jogos, chamados de «Jogos de Stoke Mandeville», participaram 16 militares, entre homens e mulheres. Esse evento ocorreu anualmente até se tornar internacional e ter a participação de militares holandeses.

Em 1960, os primeiros Jogos Paralímpicos ocorreram, oficialmente, em Roma, na Itália. Sob o novo nome, 23 países se inscreveram para a participação no evento, totalizando 400 atletas participantes. Desde então, o evento ocorre a cada quatro anos, assim como os Jogos Olímpicos.

Embora a temporada de treinamento tenha sido afetada pela pandemia, o Brasil é destaque nos Jogos Paralímpicos de Tóquio. Com 259 atletas, o país competiu em 20 das 22 modalidades do evento esportivo. Fábio Dias, treinador de velocidade na modalidade de atletismo, afirma em entrevista ao **Contraponto** que a preparação para as competições em meio à crise sanitária foi atípica. Isso porque os paratletas tiveram que adaptar os treinos por conta do isolamento social.

Além disso, o treinador comenta sobre as dificuldades gerais de ser um atleta paralímpico no Brasil. Segundo ele, a parte mais complicada é a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no esporte. “Hoje, o mais difícil é você chegar até a criança deficiente e dar a ela o direito básico de praticar esporte com um profissional capacitado”, explica Fábio. Além do obstáculo de conseguir próteses e equipamentos adequados, o motivo é a falta de escolas e treinadores preparados para incluir os esportes paralímpicos como parte da educação física.

Nesse sentido, os Jogos Paralímpicos são um importante salto para a representatividade. Entrevistado pelo **Contraponto**, Vinícius Rodrigues, velocista paralímpico e recordista mundial, conta como redescobriu seu caminho no esporte após perder a perna em um acidente: “Assim como eu vi um vídeo através do celular de uma atleta e aquilo fez eu ‘virar uma chave’ pra poder conhecer o esporte. Acho que, se mais pessoas com deficiência tivessem o conhecimento de todas as modalidades que o esporte paralímpico tem, iriam querer participar”, conta ele.

No entanto, ainda há um longo caminho de visibilidade, representação e inclusão a ser percorrido. O recordista diz acreditar que o evento global ainda precisa ganhar mais espaço e, dessa forma, ser reconhecido e valorizado. “Espero que essa visibilidade aumente porque eu acho que o paraolímpico tem esse poder. Uma força que, só de assistir, já vai te impactar”, afirma Vinícius.

Uma discussão que percorreu as redes sociais durante os Jogos Olímpicos, e que também atravessa a experiência dos paratletas, é a falta de suporte público ao esporte e seus profissionais. De acordo com pesquisa feita pelo DataSenado em 2017, para 88% dos paratletas ouvidos, os investimentos no esporte paralímpico ainda são insuficientes. Desses, 44% dizem que a quantidade de espaços para a prática de esportes adaptados é ruim ou péssima. Além disso, a qualidade das instalações disponíveis é ruim ou péssima para 31% deles.

Mesmo assim, de toda a delegação brasileira que foi para Tóquio, 95% conta com auxílio do Bolsa Atleta, o que, para Fábio Dias, escancara outro problema grave: a falta de incentivo nacional à iniciativa privada nos esportes. O treinador acredita que, com o extenso território brasileiro e a natural dificuldade do Estado de alcançar toda a população, é estritamente necessário que entidades privadas também invistam nos paratletas do Brasil. “Precisamos cobrar do governo, sim: estrutura na base, esporte no colégio, esporte na universidade; e o privado, para poder apoiar o alto rendimento, ou criar um centro de treinamento. Aí sim nós teremos condições reais de brigar”, ele diz.

Por fim, ao acompanhar as Paralimpíadas, é necessário, acima de tudo, superar o estigma que permeia as deficiências: “Sem esse caô de superação, a gente é atleta de alto rendimento. Precisamos parar para valorizar o esforço em si, e não só focar na deficiência, mas sim na performance”, Vinícius completa.

A saúde mental dos atletas e a busca frustrante pela perfeição

Caso de Simone Biles nas Olimpíadas despertou o debate sobre o psicológico de esportistas e o cuidado com o bem-estar além do físico

Por Iris de Freitas, Júlia Nogueira e Ligia de Toledo Saicali

“Após uma avaliação médica adicional, Simone Biles retirou-se da competição individual geral final. Apoiamos de todo o coração a decisão da Simone e aplaudimos sua bravura em priorizar seu bem-estar. Sua coragem mostra, mais uma vez, por que ela é um modelo para tantos”. Esse foi o comunicado divulgado pela federação de ginástica dos Estados Unidos tratando-se de Simone Biles. A atleta, que foi um dos assuntos mais discutidos nas Olimpíadas de Tóquio 2020, decidiu se ausentar da competição a fim de priorizar o cuidado com a sua saúde mental, diante de toda pressão que revelou sofrer. A ginasta é a mais condecorada da história do seu país, com 25 medalhas, sendo 19 de ouro.

Na última edição dos Jogos Olímpicos, em modalidades que ainda competia, Biles apresentou erros atípicos e baixo desempenho, em relação aos seus habituais. A atleta de 24 anos ainda desabafou em suas redes sociais que “sentia o peso do mundo nos ombros”. «Eu sei que eu me esforço e faço parecer que a pressão não me afeta, mas, às vezes, é difícil», revelou.

Durante a pandemia da COVID-19, a saúde psicológica de muitas pessoas foi drasticamente abalada. Em agosto de 2021, a Organização Pan-Americana da Saúde informou que 60% da população das Américas sofre de ansiedade ou depressão e ainda alerta sobre uma “crise de saúde mental” no território. As causas apresentadas para o fenômeno incluem o isolamento social exigido para conter a pandemia, o “medo” de um vírus pouco conhecido - até então - pela população, a alta taxa de óbitos pela doença, entre outros. Assim, o desenvolvimento de atletas (em especial, os profissionais de alta performance) também foi afetado, e o rendimento ligado ao bem-estar psíquico passou a receber mais atenção.

Além de um preparo corporal, um esportista também deve ser acompanhado de perto por profissional que cuide da saúde mental. Durante a vida, pessoas passam por situações frustrantes que podem ocasionar, até mesmo, traumas. Tais acontecimentos podem fazer com que haja a necessidade de um acompanhamento psicológico, para assim, aprenderem a lidar melhor quando situações pessoais não “saírem” de acordo com o planejado, ou simplesmente trabalharem assuntos internos que necessitem serem resolvidos.

As consultas psicológicas para atletas são ainda mais indispensáveis para o exercício íntimo de como lidar com situações que podem abalar a saúde mental do esportista. A ausência desse cuidado pode, por exemplo, afetar sua performance e vida pessoal, principalmente diante de situações que envolvem lidar com o resultado de uma prova rápida; que pode determinar, ou não, o melhor atleta olímpico da temporada.

Em entrevista ao **Contraponto**, Juliana Oliveira, especializada em Psicologia Esportiva pela PUC-SP, explica como o acompanhamento psicológico é fundamental na carreira de esportistas. “É extremamente importante, por ajudar os atletas a identificar seu ponto motivacional de ansiedade, proporcionando assim um melhor desempenho e resultados. Ajuda a lidar com a distância da família e amigos, fornecendo também condições para lidar com cobranças, expectativas, competitividade, ansiedade, derrotas e vitórias”, afirma.

De acordo com Oliveira, a psicologia esportiva deve levar em consideração a melhoria na performance do atleta, contanto que o bem-estar mental também seja uma das prioridades. “Podemos dizer que dentro de clubes, times e equipes muitas vezes a preocupação com o rendimento é maior do que com a saúde mental. Mas dentro da psicologia do esporte todas as áreas devem ser trabalhadas, isso inclui também o suporte a toda a equipe técnica”, afirma.

Juliana também explica as dinâmicas exercidas em um acompanhamento eficiente voltado para profissionais do esporte. “São utilizadas estratégias que visam o desenvolvimento da performance atlética em modalidades individuais e também nos esportes coletivos, como por exemplo: na redução da ansiedade e estresse, no autocontrole, na melhora da autoconfiança, intensificação da concentração, no treinamento de atenção, na motivação, entre outros aspectos. Nos esportes coletivos, além dos exemplos citados, podemos trabalhar no desenvolvimento do grupo, na coesão da equipe, na solução de conflitos, na transição na/da carreira, no uso eficaz do tempo de treinamento e descanso, na transferência de desempenho dos treinos para as competições, entre outros”.



Simone Biles representando os Estados Unidos nos Jogos Olímpicos

A psicóloga discute como o caso de Simone Biles humanizou a carreira esportiva e desmistificou algumas representações da figura do atleta. “É um exemplo de que existe vida além do esporte e o autoconhecimento proporciona essa identificação, reconhecendo assim o seu limite. Ela é uma atleta de alto rendimento, com cobranças internas e externas altíssimas, podendo desencadear desequilíbrio desde o físico ao mental. Ela quebrou paradigmas, além de abrir portas para uma maior reflexão sobre a importância do psicólogo esportivo para atletas”, analisa Oliveira.

Assim como Biles, a tenista Naomi Osaka também abriu mão de competir para preservar sua saúde mental. A atleta de 23 anos anunciou em junho deste ano que não participaria do torneio de Roland Garros em 2021, e revelou que possui depressão há três anos. Naomi, filha de pai haitiano e mãe japonesa, foi escolhida para acender a tocha olímpica nos Jogos de Tóquio de 2020.

Quando questionada se o fato de Simone e Naomi se encontrarem na posição de mulheres negras pode influenciar ainda mais em questões psíquicas e emocionais relacionadas à carreira, Oliveira é enfática. A psicóloga recorda sua experiência como bailarina, quando suas poucas colegas negras geralmente eram posicionadas nas últimas fileiras das coreografias, em lugares de pouco destaque. Além disso, pontuou a necessidade que dançarinas negras tinham de pintar as sapatilhas “nude” para atingir o seu verdadeiro tom de pele. “Por muito tempo o padrão era o branco. Daí a gente já tira que tem, sim, um julgamento, uma cobrança e uma exclusão maior”.

“Estou há oito meses sem receber um real”, desabafa atleta Jucilene Silva

Em meio às discussões sobre salários cortados e atletas com bolsas atrasadas, o debate sobre o investimento no esporte cresceu no Brasil durante as Olimpíadas

Por Isabela Gama Figueroa, Tiago Herani Oliveira e Carlos Eduardo Morita

Ao longo dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, o desempenho do Brasil gerou um sentimento de patriotismo quase esquecido pelos brasileiros. Junto a isso, o debate acerca dos investimentos nos atletas do “Time Brasil” tomou conta das redes sociais. Em entrevista ao **Contraponto**, o diretor de esportes das Olimpíadas do Rio 2016, Rodrigo Garcia afirma: “Na minha opinião, a falta de incentivo é um problema de política nacional e não só do Comitê Olímpico do Brasil (COB). A missão do COB é desenvolver o ideal olímpico no país, mas quem tem que investir nas categorias de base, nos clubes e manter as federações saudáveis, é a Secretaria do Esporte”.

Em 2001, foi sancionada a Lei nº 10.264/01 conhecida como Lei Agnelo/Piva, que destina 1,7% da arrecadação da loteria federal para o comitê olímpico e 0,3% para o paralímpico. Garcia explica que uma parte desses recursos fica com o próprio COB para tocar alguns projetos, como a Missão Olímpica – que consiste em levar os atletas para participar dos jogos. O restante é distribuído para as confederações brasileiras de cada esporte, que repassam para as federações estaduais onde o esporte é praticado. Por exemplo, o COB transfere a verba para a Confederação Brasileira de Voleibol que, por sua vez, direciona o recurso para a Federação Mineira de Voleibol e, finalmente, aos clubes, numa espécie de “efeito cascata”.

Garcia revela que o COB faz um planejamento baseado na arrecadação das loterias para cada quadriênio – o tempo que leva de uma olimpíada a outra – e, nesse processo, são privilegiados os esportes com mais chance de conquistar medalhas nos próximos Jogos. No entanto, ele aponta: “a grande maioria das confederações pega esse dinheiro, investe errado, e no próximo ciclo elas não tem essa verba, voltando para a estaca zero”.

Segundo a Secretaria Especial de Esportes do Ministério da Cidadania, 242 dos 302 atletas olímpicos recebem a Bolsa Atleta – auxílio governamental –, correspondendo a 79% dos esportistas. Entretanto, em 2020, com a pandemia da Covid-19, o Governo Federal não abriu o edital de requerimento da bolsa, o que resultou no corte da verba para centenas de atletas, que tiveram que se manter com os patrocínios e salários dos clubes. Além disso, o “DNA do Time Brasil” expôs que 131 competidores brasileiros não contam com patrocínio.

Matheus Corrêa, segundo colocado no ranking brasileiro de marcha atlética, revelou ao GE que contava com o benefício para pagar o seu aluguel, mas devido ao atraso passou a realizar fretes para conseguir se sustentar.

Em seu *Instagram*, a praticante de lançamento de dardo Jucilene Lima desabafou: “Estou há oito meses sem receber um real, tive que me virar como podia. Minha família que me ajudou financeiramente”.

Apesar do alto número de beneficiados, muitos atletas se queixaram sobre a falta de patrocínio e problemas com os salários dos clubes. Entre eles, está Thiago Braz, campeão olímpico em 2016 e medalhista de bronze em Tóquio 2020, que foi demitido do Esporte Clube Pinheiros no ano passado, após a diretoria alegar que não havia retorno de visibilidade que fizesse jus ao investimento nele.



Thiago Braz com sua medalha de bronze no salto com vara

Quando perguntado sobre as dificuldades que terá que enfrentar para chegar nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, Pedro Burmann, atleta de revezamento 4x400m, revelou em uma *live* na página do *Instagram* “@tequeroemparis2024” que: “A grande maioria dos atletas brasileiros não tem condições de ir para a Europa competir. Aqui nós competimos com pessoas de um nível, mas lá fora o patamar é outro. Fica muito difícil evoluir se não competimos com os melhores”.

Burmann acredita que podemos reverter esse quadro aos poucos se houver incentivo não só de empresas, mas da população: “Ninguém é obrigado a assistir os jogos e acompanhar os atletas, mas, às vezes, se você ao menos se permitir conhecer, pode se inspirar com



Darlan Romani com as crianças do projeto “Atletismo na Rua”

nossas histórias ou começar a gostar de um esporte novo”.

O caso de Darlan Romani mostra que o incentivo da população é capaz de superar inúmeros obstáculos na visibilidade e, consequentemente, no investimento nos esportes. Na *internet*, torcedores realizaram uma “vaquinha”, colocando como meta a quantia de 150 mil reais para o atleta conseguir arcar com os custos de preparação para os Jogos de Paris 2024.

A arrecadação não só atingiu a meta, como a dobrou. Contudo, Romani decidiu reter apenas a quantia inicialmente proposta, doando a outra metade para o projeto social “Atletismo na Rua”, do qual faz parte.

Durante as Olimpíadas, o presidente Jair Bolsonaro manifestou-se duas vezes sobre a competição. Uma delas durante as provas de *skate street*, quando enalteceu a redução do imposto sobre a importação do *skate*, e, posteriormente, divulgou um vídeo em apoio aos atletas que não subiram ao pódio.

João Roma, Ministro da Cidadania, parabenizou os competidores brasileiros em todas as medalhas olímpicas conquistadas, sendo também o representante oficial do Governo em Tóquio. Enquanto isso, Marcelo Reis Magalhães, amigo de infância de Flávio Bolsonaro e atual Secretário de Esportes, não se pronunciou sobre as conquistas do Time Brasil em nenhum momento.

A realidade de centenas de atletas depende de visibilidade e valorização. Mas, quando estas vêm, são apenas durante os Jogos Olímpicos.

Os militares e o esporte brasileiro

As Olimpíadas de Tóquio chamaram a atenção para os “atletas militares” e o papel das forças armadas no contexto desportivo

Por Lucas Malagone, Giovanna Crescitelli e Luiza Fernandes

Nos Jogos Olímpicos de Tóquio, o Brasil fez uma participação histórica e conquistou 21 medalhas, superando o antigo recorde da edição Rio 2016. Alguns atletas chamaram atenção ao bater continência no pódio, e o gesto reacendeu o debate sobre o seu significado e a relação entre as forças armadas e o esporte brasileiro.

Classificaram-se 162 homens e 140 mulheres para 35 das 50 modalidades disputadas nas Olimpíadas de Tóquio. Deste total, 92 são atletas militares. Outro fator importante é a performance dos atletas ligados às Forças Armadas, que respondem por 38% das conquistas brasileiras. Oito dos atletas que levaram o Brasil ao pódio são integrantes do Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR) do Ministério da Defesa.

O programa de incentivo ao esporte militar foi criado em 2008, durante o governo Lula, como uma parceria entre o ministério da Defesa e o extinto ministério dos Esportes, que hoje integra o ministério da Cidadania. Seu principal objetivo é fortalecer equipes de militares em competições de alto nível. O PAAR serviu para marcar a potência e a presença esportiva das forças armadas brasileiras no Jogos Mundiais Militares de 2011, realizado no Rio de Janeiro, durante o governo Dilma. Pela primeira vez, o evento foi sediado no Brasil.

O professor universitário e pesquisador do exército brasileiro, Márcio Scalercio, em entrevista ao **Contraponto** comenta “esse processo [implementação do PAAR] foi consolidado no governo Dilma porque ela tinha um viés nacionalista na formação dela, então foi o governo em que essa política se consolidou”.

O programa, que é considerado um enorme sucesso entre quem acompanha e estuda o campo dos esportes, oferece incentivo econômico para que os atletas sigam treinando. Hoje, 551 atletas se beneficiam do PAAR, o que representa um investimento de R\$38,3 milhões por ano. Não é preciso ser militar para ser contemplado com a bolsa.

A seleção é feita por alistamento voluntário, convocado em edital, e mediante a comprovação de bom rendimento, os atletas se tornam “militares temporários”. Os aprovados recebem o salário de R\$4.500,00 - equivalente ao de 3º sargento - e direitos como férias, plano de saúde e 13º. Além disso, os treinos podem ser realizados em instalações esportivas

© Reprodução



Medalhistas do 5º Jogos Mundiais Militares Rio 2011, em visita à ex-presidente Dilma Rousseff

militares. Diferentemente de outras políticas públicas voltadas para atletas, como o Bolsa Atleta ou a Bolsa Pódio, não é um programa cujo objetivo principal é desenvolver atletas, porque foca no desempenho e em resultados. Nas três bolsas, a alta performance é pré-requisito, porém o PAAR exige a classificação mínima de terceiro lugar em competições para participar. Por isso, muitos atletas tentam não depender das bolsas e buscam patrocinadores ou outros auxílios.

Outro efeito destas políticas é a manutenção de baixos índices esportivos no país, ainda que individualmente os atletas tenham ampliando sua participação em competições e obtido bons resultados. Para Scalercio, o programa “é positivo em relação à capacidade de prover para os atletas, mas por outro lado ainda não conseguimos aumentar esses índices.”

O professor afirma: “Tenho a impressão que as forças armadas, colhem frutos muitos positivos patrocinando o esporte, o que é um problema aqui no Brasil. Temos problemas graves no campo do mecenato, isso é um problema da elite brasileira, que prefere torrar o dinheiro em Miami e não praticar o mecenato no esporte, nas artes, em proteger nossos atletas e artistas. Isso acaba gerando uma lacuna que o Estado preenche, e uma solução mais estável foi colocar as forças armadas no jogo, porque não é um investimento de outro mundo para se desenvolver.”

De acordo com ele, “as forças [armadas] atingem seu objetivo por conta do nacionalismo que competições com as olimpíadas despertam na população”. Além disso, o pesquisador indica que há um objetivo claro de melhorar a imagem da organização frente a opinião pública: “Isso é uma maneira das forças armadas

projetarem uma imagem positiva. Não é à toa que os atletas, quando chegam ao pódio, prestam continência, obrigando a imprensa esportiva a falar sobre o seu vínculo com as forças armadas”.

Sobre a manifestação política desses atletas, ele foi didático: “Enquanto parte das Forças Armadas, sei que há um código extremamente rigoroso. Tudo bem que o Pazuello desmoralizou esse código, mas quem faz parte das Forças não pode tomar posições partidárias de forma pública, não pode falar contra o governo, por exemplo. Eu considero prestar continência um gesto político, por ser usado como forma de melhorar a imagem militar, porém, como está dentro do código militar de conduta, não há como ter essa discussão.”

Bater continência é uma saudação militar que representa respeito à hierarquia. No momento do pódio, representa respeito aos símbolos nacionais da bandeira e do hino. A reverência não é inédita, mas reacendeu o debate no país que vive um período no qual os militares estão mais associados à política - desde a redemocratização.

Em entrevista ao UOL em 2021, o atleta militar Pepe Gonçalves comentou que não há nenhum tipo de decisão interna sobre a continência e fica a critério do atleta. “Não é uma regra. Para mim, nunca impuseram nada quanto a isso. Mas, quando subir no pódio, vou fazer com o maior orgulho.”

Além disso, Pepe também comentou sobre a importância da bolsa em sua carreira. «É a primeira vez que posso contar com um salário na conta todo dia 1º. É a primeira vez que tenho um 13º, a primeira vez que recebo o salário certinho. Posso ir na loja do meu Zé e fazer uma conta que sei que vou receber aquele dinheiro por mês.”

Brasil, terra (a)dourada

Como os Jogos Olímpicos e os esportes conseguem renascer o orgulho de ser brasileiro?

Por Gabriel Aragão, Isabella Pugliese Vellani e Maria Sofia Aguiar

Em meio a um ano tão conturbado, com tantas notícias ruins, o Brasil encontrou uma luz no fim do túnel: os Jogos Olímpicos de Tóquio fizeram com que, por um momento, fosse possível sentir novamente orgulho de ser brasileiro. Ao todo, foram 21 medalhas conquistadas e 21 vezes em que o grito que estava entalado no peito pudesse ser libertado: “Aqui é Brasil!”

Parece até mágica: um país completamente dividido, onde o discurso de ódio está tão presente, e com a chegada do esporte, tudo muda. Faz parte da cultura do brasileiro: a união para viver intensamente os eventos esportivos. O jornalista e colunista do Estado de S. Paulo João Abel, em entrevista ao **Contraponto**, comentou sobre esse sentimento. “A gente cria uma espécie de refúgio para esquecer o que está acontecendo no país”.

Abel ainda relatou a origem dessa cultura: “O futebol e o esporte, de uma maneira geral, evocam esse nacionalismo. Eu gosto de olhar um pouco para a construção histórica de tudo isso. O Comitê Olímpico Internacional (COI) foi fundado na última década do século 19 e, a FIFA, em 1904, uma época que, por si só, já era da ascensão do nacionalismo.”

Mesmo que o calendário desses eventos se encontre com os momentos conturbados de crises políticas e socioeconômicas que o Brasil vivencia (Copa do Mundo de 2014, Rio 2016 e Tóquio 2020), a vontade e o desejo de acompanhar os eventos esportivos em que o país disputa não se altera.

“A própria Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 aconteceram durante um período de muito caos e parecia um oásis. Se a gente for lembrar da Copa de 2014, foi um evento muito grande e havia, até um ano antes, o ‘Não vai ter Copa’. E no final teve e todo mundo gostou, porque o brasileiro tem isso de realmente se apegar aos eventos esportivos”, completa Abel.

Segundo a pesquisa “Globo para Análises & Insights”, realizada entre os dias 18 e 20 de agosto, 47% dos brasileiros possuem interesse no tema e se sentem atraídos para estarem envolvidos. “As Olimpíadas não são exatamente uma paixão para mim, mas me interessa e busco acompanhar o evento, especialmente quando o Brasil está competindo”, afirmou um participante do estudo.

Além disso, o estudo trouxe o dado de que 79% pretendia acompanhar o evento realizado em 2021, por meio de cinco maneir-

ras diferentes: Youtube, TV aberta ou paga, sites ou portais esportivos e redes sociais.

Mais do que o recorde de medalhas, outra marca que foi batida com os Jogos Olímpicos foi a audiência. O Grupo Globo, que foi o detentor dos direitos de transmissão, atestou que o SporTV foi o líder da TV paga no mês de julho, que marcou a abertura do evento. Ainda, o streaming Globoplay, que possui acesso aos canais ao vivo, cresceu em 827%. Nas madrugadas, elevadas médias de telespectadores: a final do vôlei feminino e a decisão feminina de boxe atingiram a melhor marca em quatro anos, com mais de 13 pontos, representando um aumento de mais de 160%, comparado às semanas anteriores.

Como publicado pela Associated Press, postagens nas contas oficiais olímpicas no TikTok, Twitter, Instagram, Facebook e Weibo geraram mais de 3,7 bilhões de engajamentos. Os perfis dos atletas que ganharam o coração dos brasileiros também deram um salto expressivo: a skatista Rayssa Leal e a ginasta Rebeca Andrade tiveram um aumento de, em média, 823% de seguidores em suas contas no Instagram.

Sobre o skate, Abel analisa: “Um dos dados mais interessantes de tudo isso foi o levantamento que o Twitter fez sobre os esportes mais comentados. Isso me chamou muito a atenção, ver que o skate foi o segundo esporte mais comentado durante a Olimpíada, ficando atrás apenas do vôlei. E por quê? Porque a gente tem atletas muito bons no skate e as pessoas descobriram isso durante a Olimpíada. O skate,

de certa forma, se tornou um elemento para exaltar nosso nacionalismo ao longo da competição, porque a gente tinha atletas bons, trouxemos 3 medalhas”.

Para o **Contraponto**, a estudante de administração da Universidade Presbiteriana Mackenzie Júlia Peneiras disse: “Eu gosto muito de acompanhar os eventos esportivos, sempre achei muito interessante. Na Olimpíada, temos várias modalidades para acompanhar e ficar torcendo para o Brasil. Eu fiquei alguns dias acompanhando até de madrugada. Cheguei a acordar 3 horas da manhã para assistir a disputa do tênis, que as meninas ganharam bronze, e logo em seguida eu assistia o vôlei. Eu comemorei cada medalha de bronze e prata como se fossem ouro.”

O esporte, qualquer um que seja, naturalmente carrega um componente muito forte: a competição. O torcedor de um time tem em si algo muito especial, uma paixão que resulta em uma comunhão com desconhecidos empurrando um grupo para um objetivo: a vitória. Se tratando de uma nação, existem fatores maiores que se afloram no âmbito competitivo. E ficou claro que nós, brasileiros, sabemos competir e nos orgulhar dos resultados do nosso país.

“É um momento que a gente procura se apegar em algo. Nessa Olimpíada, foi exatamente o que a gente viu. Muita gente falando ‘Ah, esse é o Brasil que a gente conhece, que a gente gosta, que a gente quer: país que traz recorde de medalhas, que os atletas se superam’. Tem essa narrativa de se apegar a algo que é bom em meio a tudo que está acontecendo”, finaliza Abel.



Bruninho, capitão da seleção masculina de vôlei, e Ketleyn Quadros, do judô, foram os porta-bandeiras do Brasil na Cerimônia de Abertura dos jogos Olímpicos de Tóquio-2020

© Martin BUREAU / AFP